



Extratos

Ano 1
Número 1



"FARIA TUDO OUTRA VEZ"

ADELINO CASSIS
CONTA SUA HISTÓRIA DE
MILITANTE BANCÁRIO

A CAMPANHA
2009 VISTA
POR DENTRO

O brado dos trabalhadores em Brasília



Presidente

Rodrigo Lopes Britto

Secretário-geral

André Matias Nepomuceno (BRB)

Secretário de Finanças

Raimundo Nascimento Félix (Caixa)

Secretário de Administração

Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú)

Secretário de Imprensa

Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)

Secretário de Assuntos Jurídicos

Eduardo Araújo (BB)

Secretário de Saúde

Alexandre Severo Silva (Caixa)

Secretário de Política Sindical

Saulo Rodrigues dos Santos (BB)

Secretário Sociocultural

José Garcia de Sousa Rocha (Bradesco)

Secretário de Assuntos Parlamentares

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)

Secretário de Assuntos com a Comunidade

Márcio Antônio Teixeira (Bradesco)

Secretário de Comunicação e Divulgação

Washington Henrique da Silva (Unibanco)

Secretário de Formação Sindical

Kleyton Guimarães Morais (BB)

Secretário de Estudos Socioeconômicos

Wanderson Souza Severo (Caixa)

Carla Corrieri de Macedo (BRB)

Cynthia Damasceno Reia (BB)

Daniel Machado Gaio (Caixa)

Eliseu Antônio Pinheiro Alexandre (BB)

Enilson Cardoso da Silva (Caixa)

Francisco das Chagas Moreira (BB)

Hudson César Neves e Silva (Caixa)

Jair Pedro Ferreira (Caixa)

Louraci Moraes dos Santos (Itaú)

Maria Aparecida Sousa (BRB)

Mirian Cleusa Fochi (BB)

Rafael Zanon Guerra de Araújo (BB)

Raimundo Dantas de Lima (HSBC)

Romero Silveira de Carvalho (Caixa)

Rosane Maria Gonçalves Alaby (Real)

Sandro Silva Oliveira (Itaú)

Stelamar Francisco de Carvalho (BRB)

Vicente de Paula Mota Frazão (HSBC)

Wadson Francisco Santos Boaventura (BB)

CONSELHO FISCAL

Eliete Boaventura Santana (BB)

Lincoln de Faria Rodrigues (BRB)

Meyre Lúcia Silva Araújo (Caixa)

Roberto Alves de Sousa (Itaú)

Thiago Nagao de Oliveira (Caixa)

Apresentação

Ferramenta contra o sistema

O Sindicato dos Bancários de Brasília está completando 48 anos. São quase cinco décadas de lutas em prol dos interesses dos bancários, sempre na vanguarda por uma sociedade de fato sem segregações, mais humana, sem injustiça, mais solidária. Em que os princípios de liberdade e igualdade sejam a bússola nesse caminho a percorrer.

Extratos, a nova revista que o Sindicato lança emblematicamente na data de aniversário da entidade (23 de novembro), vem como aliada nessa luta. Em sintonia com as céleres e profundas mudanças pelos quais o mundo tem passado, a velocidade vertiginosa a ponto de estudiosos atestarem que há o “aniquilamento do espaço pelo tempo”, o Sindicato tem consciência de que o papel da informação constitui sempre ferramenta *sine qua non* se quisermos ao menos estar em condições de competir pela hegemonia da comunicação num mundo dominado pelos grandes conglomerados de mídia e pelo poder econômico.

Esta é uma edição inaugural também de homenagem àqueles que se dedicaram, ousaram lutar por conquistas que, hoje, todos desfrutamos. Eles estarão representados nas pró-

ximas páginas pela figura de Adelino Cassis, o primeiro presidente do Sindicato. Mesmo com a saúde debilitada, se dispôs a repassar sua história de militância para dividirmos com vocês, leitores. Num encontro de gerações, o atual presidente, Rodrigo Britto, lhe entregou, às vésperas do fechamento desta edição, uma placa de homenagem e agradecimento em nome da categoria.

Nesta edição especial, a revista traz, entre outros assuntos, um balanço do Sindicato e dos delegados sindicais sobre a Campanha Nacional 2009, a vida estressante de dois bancários de agências da Caixa, um artigo que trata da perversidade do processo de fusões e a dificuldade da aposentadoria nos bancos privados em tempos de demissões. Mas o leitor também vai saborear entretenimento, com a reportagem sobre o Cineclube Bancário, que completou dois anos, além de dicas sobre livros e filmes.

Paulo Freire dizia que a leitura de mundo precede a leitura da palavra. Por meio de **Extratos**, você terá uma leitura de mundo diferenciada por meio da leitura da palavra.

ANTONIO EUSTÁQUIO

Secretário de Imprensa

Expediente



Presidente

Rodrigo Lopes Britto
presidencia@bancariosdf.com.br

Secretário de Imprensa

Antonio Eustáquio

Jornalista responsável e edição

Robinson Sasaki

Redação

Renato Alves, Thaís Rohrer, Luiz Eduardo Braga e André Shalders (estagiário)

Projeto gráfico e edição de arte

Valdo Virgo

Webmaster

Elton Valadas

Fotografia

Agnaldo Azevedo

Colaboração

Cesar Costa, Cícero, Evando Peixoto,

José Luiz Frare, Penodo Tupinambá e

Thaís Margalho

Sede EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones (61) 3262-9090 (61) 3346-2210 (imprensa) Fax (61) 3346-8822

Endereço eletrônico www.bancariosdf.com.br e-mail imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem 25 mil exemplares Distribuição gratuita

Todas as opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

Sindicato dos Bancários de Brasília





Entrevista

"Faria tudo outra vez", diz Adelino Cassis, 1º presidente do Sindicato, que conta sua trajetória de luta exemplar

Página 22

Editorial

Rodrigo Britto: "Extratos, o contraponto do trabalhador do ramo financeiro"

Página 4

Profissão Bancário

Trabalho com amargura, frustração e desgaste

Página 6

Artigo

Pedro Tupinambá: Perversidade nas fusões e aquisições

Página 9

Mesa Redonda

A Campanha Nacional 2009 vista de dentro

Página 11

Mesa Redonda II

Com a palavra, os delegados sindicais

Página 14

A Greve em Imagens

Páginas 16 a 19

Mais Emprego

Pressão dos bancários gera mais contratações

Página 20



Marcha e Projetos

Reivindicações dos trabalhadores sobre o Congresso

Página 26

Saúde da Mulher

Mais benefícios para a mãe e o bebê

Página 29

Luta Contra a Aids

Avanço sobre homens acima de 50 e mulheres abaixo de 24

Página 31

Transporte Urbano

Sem vagas para carros, nem sistema coletivo de qualidade

Página 33

Fundos de Pensão

Reforçar a luta pela democratização da gestão

Página 35

Mulher e Carreira

Duas sobreviventes chegam à aposentadoria em banco privado

Página 37

Arte e Diversão

A magia da arte tem espaço assegurado entre nós

Página 39

Cinema e Cultura

André Nepomuceno: Ao falar em emancipação dos negros, falamos em emancipação brasileira

Página 8





Extratos, o contraponto do trabalhador do ramo financeiro

“**EXTRATOS NASCE COMO ALTERNATIVA À CHAMADA “GRANDE IMPRENSA”, AQUELA QUE CRIMINALIZA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E TRATA A LUTA DOS BANCÁRIOS COMO CASO DE POLÍCIA. AQUI, O TRABALHADOR, EM PARTICULAR O BANCÁRIO, TEM VOZ E VEZ**”

Colegas,

Um recorte da realidade sob a visão dos trabalhadores. É dentro dessa perspectiva, numa reformulação gráfica e editorial da antiga Revista Bancários, que nasce **Extratos**. Com tiragem inicial de 25 mil exemplares, **Extratos** já nasce sob o signo da ousadia. Não somente pela quantidade, mas também pelo objetivo que se propõe a cumprir: levar a você, bancário e trabalhador do sistema financeiro, os principais assuntos de seu interesse na ótica singular da categoria e não compartilhada (e muito menos veiculada) pelo que se convencionou chamar de “grande imprensa”. Aquela que criminaliza os movimentos sociais e trata a luta dos trabalhadores como caso de polícia.

Na **Extratos** o trabalhador tem voz e vez. O novo periódico se propõe modestamente a ser a janela ampla pela qual a categoria enxerga o mundo. Aqui você vai encontrar, em linguagem clara e agradável, conteúdo de quali-

dade e diferenciado. O desafio é diretamente proporcional à nossa disposição de fazer algo novo, unindo informação e entretenimento.

Sabemos que será um trabalho árduo. Mas a categoria bancária é um dos segmentos reconhecidamente com histórico de luta e não vamos fugir a mais essa. Há acúmulo de luta e igualmente disposição de seguir adiante, mesmo que enfrentando um dos mais poderosos setores da economia. Foi o que se viu na Campanha Nacional dos Bancários 2009.

A propósito, detenhamo-nos nela.

Sob o mote “Os bancos abusam. Cadê a responsabilidade social?”, a Campanha Nacional 2009 foi muito positiva - em toda a sua trajetória, do início dos debates aos resultados da greve - principalmente pela ousadia que tivemos ao implementar uma mudança no calendário, uma ideia que é só o início das novas formulações que pretendemos dar ao movimento no ano que vem. Até 2008, a campanha começava de fato em julho, mas

em 2009 as atividades foram deflagradas já em março, mesmo dentro uma conjuntura atípica, marcada por uma crise econômica sem precedentes na história, que afetou, em maior ou menor grau, todos os setores da economia.

Isso erguia à nossa frente um cenário preocupante diante de uma possível greve. Sabíamos de antemão que os bancos lançariam mão do falacioso discurso de que, por conta dessa crise, não seria possível atender as reivindicações dos bancários – o que de fato se confirmou, em que pese os altos lucros auferidos no período. Mas também se confirmou o que previamente já sabíamos: os bancários mais uma vez mostrariam a sua força frente aos patrões. O resultado foi que, mais uma vez, tivemos uma greve cujos saldos foram positivos.

Dados fornecidos pelos próprios bancos mostram que esta foi a paralisação mais forte já deflagrada, impulsionada, em grande medida, é forçoso reconhecer, pela unificação do calendário de luta, sugestão feita pela diretoria do Sindicato e aprovada pelo Comando Nacional para todo o país.

Os frutos da greve

Os avanços e conquistas arrancados dos patrões não significam, entretanto, que vieram com facilidade. Os bancos voltaram a apostar no conflito, numa flagrante tentativa de minar o nosso movimento. Isso foi verificado nos bancos privados, mas em particular na Caixa Econômica Federal. Com a força da mobilização e do diálogo com a população, envolvendo atividades nas ruas e nas feiras pelas cidades-satélites de todo o DF e a veiculação de mensagens nas rádios e na TV, conseguimos nos contrapor à imagem de suposta responsabilidade social pregada pelos bancos.

Vencemos duplamente o truculento e ganancioso sistema financeiro. De um lado, por conseguirmos avançar nas nossas conquistas, dentro de um contexto atípico; de outro, porque, mais do que isso, impusemos respeito – principalmente junto à direção da Caixa. Em suma, aliamos mobilização e estratégia de mídia para dar visibilidade à greve.

A propósito das conquistas, nunca é demais relembrar que, sim, avançamos. Nas questões gerais, o mais importante é que mantivemos a linha de aumento real de salário verificado nos últimos anos. É um fato a ser comemorado principalmente porque houve, da parte dos patrões, forte resistência nesse sentido e há um movimento, em todos os setores da economia, para tentar quebrar essa lógica.

Igualmente obtivemos êxitos em relação às questões específicas. Arrancamos em rodada de negociação com a direção do Banco do Bra-



sil o compromisso de implementação do PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários) para 2010 e a valorização dos pisos de ingresso, com um reajuste de 9% neste item. Valorização mais do que importante e necessária se não quisermos ficar reféns da política de comissões.

No BRB, paralelamente aos resultados positivos das negociações, é importante destacar a mobilização e a disposição de luta dos funcionários, que sempre fizeram parte desse segmento da categoria.

Na Caixa, o saldo que fica é a retomada do respeito aos bancários pela direção da empresa que, repita-se, fez de tudo para derrotar o movimento sindical, recorrendo aos piores métodos possíveis e imagináveis.

Nos bancos privados, conquistamos, graças à forte resistência da categoria, uma nova fórmula de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), mais perene e mais segura, o que dá mais tranquilidade aos trabalhadores, embora alguns bancos busquem mecanismos contábeis para não pagar o valor devido.

Estamos num processo de avanços também nas questões relativas aos cooperativistas e financiários, construindo, dessa forma, a organização da luta dos trabalhadores do ramo financeiro. Ao extrapolarmos os interesses estritamente corporativos, exclusivos dos bancários, tratamos também de uma

questão que passa necessariamente por um dos princípios basilares da CUT, qual seja, o de solidariedade da classe trabalhadora. Os sindicatos cutistas têm cumprido esse princípio de forma exemplar, como pôde ser verificado na Campanha Nacional dos Bancários 2009. Do mesmo modo que o Sindicato ajudou categorias como vigilantes, prestadores de serviços de asseio, conservação e limpeza nas suas campanhas salariais, quando estivemos em greve recebemos o apoio, na prática, desses trabalhadores. A cooperação também veio dos vigilantes de transportes de valores, rodoviários, do Sindicof, dos municipais, do Sinttel, Sindser, Sindisep, Sindjus e de vários outros. Além do MST e de artistas da cidade.

Essa luta conjunta dos trabalhadores do ramo financeiro se pretende muito maior. A ideia que defendemos é a alteração da data-base dos trabalhadores do ramo financeiro, para o mês de maio, unificando assim as campanhas salariais em todos os segmentos, incluindo os vigilantes. Isso forçaria os sindicatos a começar a discutir campanha salarial já no início do ano, mantendo a campanha e a luta na ordem do dia durante todo o ano, trabalhando de fato ao longo de todo esse período.

É preciso deixar claro ainda que a Campanha 2009 não acabou. Embora tenhamos avançado em cláusulas específicas e sociais, a luta precisa continuar para que outras reivindicações sejam conquistadas e façamos o debate do verdadeiro papel social do sistema financeiro, particularmente o do setor privado.

Por tudo isso, não será uma tarefa fácil. Trata-se de mais batalhas que a categoria bancária encampa. Mas os objetivos são nobres e, juntos, faremos valer a pena. 

Um grande abraço e boa leitura.

RODRIGO BRITTO,
Presidente do Sindicato



Trabalho com amargura, frustração e desgaste

Extratos acompanhou o dia estressante de dois bancários da Caixa, que trabalham sobrecarregados e são obrigados a extrapolar irregularmente a jornada legal

→ THAÍS ROHRER

O caos na Caixa é sentido na pele pelos clientes que enfrentam longas filas e atendimento demorado. Nesse cenário das agências, também os bancários sofrem todos os dias, sem alívios, para tentar dar conta da demanda.

João* trabalha na retaguarda de uma agência movimentada do Distrito Federal há 22 anos. Ele acorda às 7h30, toma café da manhã com a esposa e saboreia o único momento de tranquilidade do dia. Às 9h chega ao banco para enfrentar mais um dia de trabalho exaustivo. Em sua equipe, composta por cinco pessoas, apenas três estão trabalhando, as outras estão de licença médica, certamente com organismo debilitado em razão do excesso de trabalho. “Fico triste porque estou na Caixa há anos e não sou valorizado financeiramente, e não recebo nenhum reconhecimento profissional”, lamenta João.

Os funcionários que estão de licença não são substituídos e, para piorar a situação, a Caixa trocou os antigos funcionários terceirizados por um número menor de concursados, sendo que a grande parte dos aprovados do concurso de 2008 estão na espera para convocação. (veja matéria sobre contratações à pág. 20).

Quando a agência abre, às 11h, o bancário João já se organizou para começar a receber as demandas dos clientes repassadas pelos caixas. Depois das 13h tira seu horário de almoço, o único momento de intervalo. Quando volta, às 14h, não levanta mais nem para lanchar ou pausar o trabalho durante alguns minutos para manter a qualidade do trabalho. Essas são recomendações embasa-

das em estudos ergonômicos que indicam alongamentos físicos e alguns minutos de descanso mental.

Durante o horário de atendimento à população, os funcionários da retaguarda dão apoio aos caixas e analisam várias informações. Depois que as operações com envelopes e outras ações são encerradas nos caixas ele-



O DIA DOS PAIS DESTE ANO FOI MARCADO POR MAIS UMA INTERFERÊNCIA NA VIDA PESSOAL DO BANCÁRIO. ÀS 8H DA MANHÃ FOI ACIONADO PARA TENTAR RESOLVER OS PROBLEMAS DA AGÊNCIA. OS CAIXAS ELETRÔNICOS DO LOCAL NÃO ESTAVAM FUNCIONANDO



Funcionários saindo de agência da Caixa depois das 21h30

trônicos, os bancários devem conferir todos os envelopes de depósitos, entre outras coisas. O balanço do dia não pode ficar pendente e, se algum valor errado for contabilizado, o prejuízo deverá ser pago pelo empregado.

O banco, segundo o funcionário, não paga hora extra para a função, mesmo com a carga de trabalho demasiada que ultrapassa

MAIORIA DOS APROVADOS DE 2008 AINDA ESTÁ NA ESPERA

o horário estabelecido legalmente. João só recebe as horas extras em casos ainda mais extremos, mediante a autorização da gerência.

O bancário fica na agência até as 21h30, em média, já que sua equipe está reduzida. “A situação é difícil aqui, mas ainda assim é mais amena do que em outros locais. Tem banco em que os colegas estão trabalhando sozinhos; não consigo nem imaginar”, conta João.

É natural que a pressão do trabalho nesse ritmo frenético interfira na vida pessoal do funcionário. Ele garante que a esposa é compreensiva, mas que apesar do esforço mútuo para manter uma boa relação, o casal deixa de participar de vários eventos e atividades de que gostam por causa do excesso de trabalho do bancário.

O Dia dos Pais em agosto deste ano foi marcado por mais uma interferência do banco na vida pessoal do funcionário. Às 8h da manhã foi acionado para tentar resolver os problemas na agência. O local estava com os caixas eletrônicos sem funcionar, um problema no sistema que atingiu todo o DF. O segurança do banco estava assustado com a reação da população, que ficou indignada sem poder fazer nem mesmo uma simples transação bancária, como sacar o dinheiro. “Muitas vezes os clientes chegaram ao ponto de depredar a agência, quebrando vidros e máquinas revoltados com o serviço oferecido”, relembra João.

Depois do estresse do fim de semana comemorativo dos pais, mais problemas o aguardavam na segunda-feira, com as pendências do domingo que ainda não estavam resolvidas. O cotidiano de trabalho de João é assim: pouca qualidade de vida e muita sobrecarga de trabalho. “Eu nem durmo direito preocupado com o trabalho. A comunidade me conhece e me cobra por melhores condições de trabalho, mesmo quando me encontra fora do expediente. No início do ano tirei férias, mas não consegui relaxar, pois o banco não coloca substituto enquanto estou fora”.



Bancários ainda estão trabalhando



Descaso traz consequências

O atendimento nos caixas é complicado, pois clientes vivem indignados. O bancário Pedro* é a prova da situação: são 10 horas de trabalho diárias que geram consequências nada benéficas à saúde.

O funcionário estava exercendo a função de substituto em um cargo de gerente, mas depois que cinco caixas terceirizados saíram e só dois concursados foram colocados no lugar, ele viu-se obrigado a ficar no caixa. Desde o início do ano as horas extras e a sobrecarga são companheiras na vida do bancário. “Mes-

mo me pagando hora extra, eu já não aguento mais trabalhar tanto. Eu não tenho vida pessoal e nenhum dinheiro recupera a minha felicidade”, salienta.

Pedro chegou às 9h30 à agência e só conseguiu sair às 21h na segunda-feira 10 de agosto. Uma fisioterapeuta já fez um diagnóstico preliminar do bancário e avisou que tem todos os sintomas de doenças ocupacionais das LER/Dort. “Os sintomas da doença já foram agravados pelos longos períodos de maior quantidade de trabalho. É pela saúde e qualidade de vida do trabalhador que defendemos tanto a jornada legal de 6 horas, sem redução dos salários”, frisa Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Pedro confessou que está com medo de fazer os exames e detectar problemas mais sérios de saúde. “Tem dia que não consigo fazer nada por causa das dores. O jeito vai ser enfrentar e ir ao médico mesmo”, afirma o bancário. Por dia, o funcionário chega a fazer 400 autenticações.

O ciclismo é uma das paixões do bancário que já foi riscada de sua lista de atividades, por causa do excesso de trabalho. “Eu amo viver e quero aproveitar meu tempo saindo com meus amigos e fazendo as coisas que gosto”, diz Pedro. Ele termina a entrevista esperando mais respeito da Caixa e melhores condições de trabalho neste ano em que completa duas décadas dedicadas à empresa. ❏

* Nomes fictícios para preservar a identidade dos bancários



Condições no trabalho provocam suicídio

O excesso de trabalho, o estresse e as situações de assédio moral estão no ranking dos principais motivos que geram suicídio entre os bancários. Em 10 anos, 181 pessoas que trabalhavam em bancos tiraram a própria vida, informa pesquisa recente da Universidade de Brasília (UnB). “São dados realmente preocupantes que só comprovam a importância da nossa luta por melhores condições de trabalho e mais contratações”, afirma Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato.

A dissertação *Patologia da Solidão: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho*, do mestre em Administração pela UnB Marcelo Finazzi, revela como as pressões sofridas no ambiente de trabalho podem gerar consequências não só à saúde física, mas também mental dos trabalhadores. “Eu quis verificar se um fator social – as pressões no ambiente de trabalho – poderia contribuir para desencadear transtornos mentais de tal gravidade que as pessoas perdessem a vontade de viver”, explica Marcelo Finazzi.

Leia a íntegra da pesquisa em www.bancariosdf.com.br



Pedro Tupinambá
é economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), subseção do Sindicato dos Bancários de Brasília (SEEB/DF).

Perversidade nas fusões e aquisições

Como o processo de fusões e aquisições contribui, ao lado da reestruturação produtiva e tecnológica, para a drástica redução de postos de trabalho e a concentração de capital em grandes conglomerados financeiros

O bjecto de estudo do interesse de várias áreas acadêmicas, as fusões e aquisições (F&As) despertam grande interesse no movimento sindical, sobretudo se considerados os efeitos sobre o nível de emprego, a remuneração e as condições de trabalho dos bancários.

Historicamente, as origens das F&As remontam ao final do século XVII e início do século XIX em plena Revolução Industrial, quando se observou um intenso processo de concentração de capitais e reestruturação patrimonial entre diversas firmas.

Seguindo essa tendência, também se observaram as chamadas ondas de F&As, principalmente nos Estados Unidos, na conjuntura de recuperação da depressão mundial de 1883 com o predomínio da formação de grandes monopólios (1887-1904). Em seguida, esse processo foi marcado pelas fusões por integração vertical (1916-1929). No momento seguinte, as fusões que visavam à diversificação, com a união de diferentes atividades como resposta às restrições às fusões horizontais e verticais, tiveram o auge nos anos de 1960. Nas etapas mais recentes, a partir da

década de 1980, o crescimento das F&As se deu mediante a expansão internacional das grandes corporações multinacionais, enquanto nos anos de 1990 em diante esteve marcado por períodos de reformas liberalizantes, desregulamentações e mudanças tecnológicas¹.

Desse modo, percebe-se que esse processo se deu de forma cíclica no Capitalismo, já que sua dinâmica esteve associada aos movimentos de auge e declínio da atividade econômica. A pergunta que faríamos é se esse mesmo processo poderia ser contextualizado no Brasil, considerando o período mais recente (ao longo dos anos 2000) a partir da leitura do ramo financeiro.

Antes de considerarmos o movimento das F&As sobre as instituições financeiras é importante afirmar que esse processo tem sido utilizado como principal instrumento de investimento direto em novos mercados, mas também como um elemento importante nos ajustes do emprego realizados de forma crescente e generalizada pelos conglomerados financeiros (holdings). Conforme levantamento do Dieese, com base nos dados da Unctad de 2001, mais de 75% dos investimentos diretos estrangeiros decorreram das F&As naquele período.

QUATRO EM CADA
DEZ EMPREGOS
FORAM EXTINTOS
EM 20 ANOS

Características das fusões (consolidações) e aquisições

Fusões (consolidações)

Há a criação de uma nova firma

A forma de pagamento utilizada é a permuta de ações (em geral)

Firmas do mesmo setor ou atividade-fim (predominantemente)

Aquisições

Uma das empresas envolvidas mantém a sua identidade jurídica

Pode ocorrer o pagamento em dinheiro, ações ou títulos

Setores distintos

Fonte: Camargo e Barbosa (2003, p.19-20). Adaptação: Dieese.

Aspectos conceituais

Do ponto de vista conceitual a fusão ou consolidação pode ser entendida como uma transação na qual uma firma (a adquirente) compra ações ou ativos de outra firma (firma-alvo). Geralmente esse tipo de transação envolve firmas de portes semelhantes, que se combinam pela troca de ações, dando origem a outra firma.

Por outro lado, na aquisição ocorre a compra de uma firma por outra, e somente uma delas mantém a identidade. E quais seriam as características básicas que distinguem as fusões ou consolidações das aquisições?

Reflexos sobre a concentração do capital e o emprego bancário

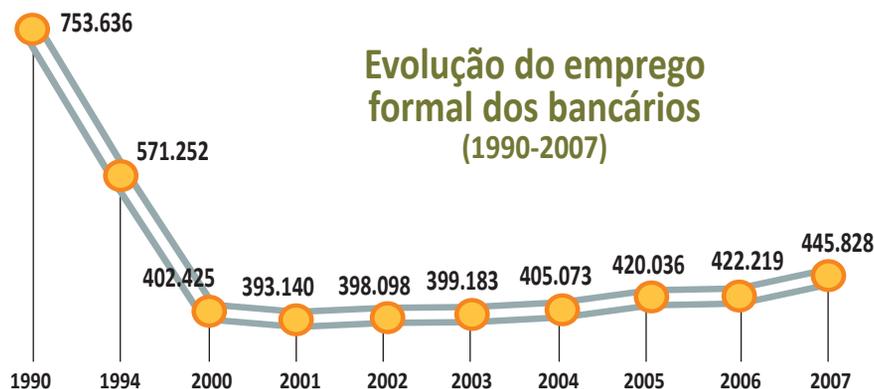
Seguindo a tendência internacional, observou-se no Brasil que, do total de 372 negociações de F&As no ano de 1997, cerca de 50% envolviam o setor financeiro, com participação de 56% do capital estrangeiro². Dez anos após a constatação desses resultados verificou-se a maior aquisição de um banco público no Brasil, a partir da venda do Banespa para o banco espanhol Santander.

Conforme relatado em estudo do Dieese³, constatou-se que “em 2007, o banco holandês ABN Amro foi adquirido pelo consórcio entre os bancos Royal Bank of Scotland, Fortis e Santander por pouco mais de 71 bilhões de euros, representando a maior aquisição da história do setor bancário mundial. No negócio, o Santander ficou com as unidades italiana e brasileira do ABN”.

Mesmo sem adentrarmos diretamente no mérito desse processo, se observou que, ao lado das inovações tecnológicas e organizacionais no âmbito da reestruturação produtiva das firmas, as F&As permitiram a concentração do capital em conglomerados financeiros, tanto com a participação do capital nacional quanto do estrangeiro.

Não obstante, é preciso ressaltar os efeitos das F&As de forma ampliada no mundo do trabalho – mediante o enxugamento de milhares de empregos formais – como forma de reduzir despesas administrativas e de pessoal. Por exemplo, enquanto em 1990 tínhamos cerca de 750 mil bancários, no ano de 2007 a categoria não chegava a 450 mil. Em outros termos, o processo de reestruturação produtiva, ao lado das inovações tecnológicas, organizacionais e das F&As reduziram em torno de 40% o emprego bancário em quase duas décadas (gráfico).

Exemplos claros do impacto das F&As sobre o emprego bancário ocorreram com as fusões do Banco Nacional com o Unibanco em 1995 e a do Bamerindus com o HSBC em 1997. Casos mais notórios também ocorreram entre os anos de 2008 e 2009 com a fusão do Itaú com o Unibanco e a compra da Nossa Caixa e de outros bancos estaduais (como o Banco do Estado do Piauí/BEP e o Banco do Estado de Santa Catarina/Besc) pelo Banco do Brasil. Ademais, citaríamos a



Fonte: RAIS/MTE - Série histórica – Elaboração: Dieese Rede Bancários

fusão do Amro Real com o Santander aprovada em julho de 2008 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Banco Central.

Nos primeiros seis meses do ano de 2009, foram eliminados 2.224 postos de trabalho no setor bancário, a maioria concentrada nas instituições financeiras privadas, segundo pesquisa do Dieese, com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Na análise do balanço das instituições financeiras, comparando-se com igual período de 2008, o banco espanhol Santander (com a aquisição do banco Real) reduziu seu quadro de pessoal com a demissão de 2.856 empregados e o Itaú (após adquirir o Unibanco) também demitiu 1.177 funcionários. Dentre os setores mais afetados por esse processo, que também se unificaram com as F&As, destacam-se:

- As áreas de retarguarda, como na contabilidade, informática, jurídico e recursos humanos;
- O departamento comercial, análise de risco, pesquisa e gestão de recursos humanos.

Por outro lado, também se constatou a tendência de concentração do capital em grandes conglomerados financeiros a partir do critério de participação das maiores instituições financeiras no total de ativos. Os dados do Banco Central revelaram que, se em 2004 os cinco maiores bancos detinham

cerca de 60% do total de ativos e 50% no patrimônio líquido total, em 2008 esse percentual saltou para 75% de participação no total de ativos e 70% no patrimônio líquido, considerando o consolidado de instituições em operação no País.

Enfim, além de se utilizarem da premissa de reduzir as despesas de pessoal como forma de se obter ganhos de escala e de sinergias, as instituições financeiras justificaram os desligamentos como forma de se adequarem a uma nova estrutura de custos, além da mudança de enfoque na nova estratégia de atuação. A lógica era a de racionalização e unificação de processos, transferindo para o imaginário social a ideia de que a redução dos postos de trabalho era uma consequência “natural” e destituída de nefastas implicações sobre os trabalhadores. Na maior parte dos casos, o enxugamento dos postos de trabalho decorrente desse processo se deu através da dispensa imotivada e com a complacência dos órgãos antitruste, que regulamentam e aprovam os processos de concentração do ramo financeiro à revelia de outros atores sociais, especialmente o movimento sindical bancário. ■

¹ Caderno de Pesquisas em Administração, Camargo e Barbosa, 2003, São Paulo, v. 10, n. 2, p.17-38, abril/junho 2003.

² “Fusões e Aquisições no Brasil – Análise dos Anos 90”, pesquisa desenvolvida pela KPMG Corporate Finance.

³ Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Fusões no setor bancário: emprego e concorrência. Nota Técnica Nº 55, Nov.2007.

A Campanha Nacional 2009 vista de dentro

→ RENATO ALVES

É comum sempre ao fim de uma campanha salarial os bancários reservarem um momento de reflexão para avaliarem os resultados de mais um ano de luta. As dúvidas fazem voo rasante nas rodas de discussões e perguntas mostram-se inevitáveis sobre em que avançamos, no que é preciso concentrar esforços daqui em diante e se foi acertada determinada estratégia.

Foi pensando em enriquecer esse debate e responder a esses questionamentos que **Extratos** reuniu os diretores do Sindicato e coordenadores dos coletivos do Banco do Brasil, Rafael Zanon; da Caixa Econômica Federal, Raimundo Félix; do

BRB, André Nepomuceno; e dos Bancos Privados, Rosane Alaby. Numa mesa redonda, que também serviu como um exercício de autoavaliação, eles fizeram um balanço minucioso da Campanha Nacional 2009, uma das mais fortes da categoria. Da eficácia do modelo clássico de fazer greve em tempos de sociedade informatizada ao ambicioso projeto de unificação das datas-bases dos trabalhadores do ramo financeiro (que, caso concretizada, representará um divisor de águas na história do movimento sindical), passando pela postura arbitrária da Caixa durante a greve, a pauta da entrevista tratou de temas delicados e caros à categoria. Veja quais a seguir.

Extratos – A greve ainda é o instrumento mais eficiente para se obter conquistas?

Rosane Alaby – No momento, a gente não tem alternativa a não ser fazer greve. Há quem diga que fechar porta de agência não tá com nada mais! É preciso criar outra forma, mas o quê? Mudar esse modelo vai ser difícil. Ainda não paramos para discutir outra forma.

Raimundo Félix – Dos mecanismos apresentados, a greve é o que incomoda mais diretamente com o patrão. O que mais existe são mecanismos antigreve: o serviço de autoatendimento é um; os fura-greves são outro; além do atendimento eletrônico, via internet. Isso, a meu ver, torna a greve menos eficaz do que no passado. Há alternativas, como a operação tartaruga, mas como fazê-la se o ‘camarada’ ali na frente quer ser atendido? Diferentemente de uma fábrica de pregos que retarda a produção... Poderá haver um mecanismo mais eficiente, mas ainda não surgiu.

André Nepomuceno – Alternativa à greve é negociação. O objetivo do Sindicato é fazer acordos e convenção que ampliem salários, por exemplo. A greve é o instrumento último nesse caminho. Acho que o correto seria perguntar não se há alternativa à greve, mas por que as negociações não se dão de uma forma mais efetiva, mais curta e sem necessidade de usar a greve. Hoje, há uma intransigência dos patrões e a greve não afeta tanto economica-

mente. Para o movimento sindical, o desafio é intervir mais no dia a dia do bancário para relativizar o poder enorme dos bancos que vem da dependência econômica gerada pelo modelo administrativo baseado no vínculo do salário à comissão. O desafio é pensar uma greve mais forte, mais curta e mais coesa.

Extratos – Então foi correta a estratégia tirada este ano de greve por tempo indeterminado?

André – Sim, ainda mais dentro da estratégia geral comum, com abertura de mesas específicas por segmentos, sendo que a greve terminou quase ao mesmo tempo em todos os bancos, com exceção da Caixa.

Raimundo – A greve é o último recurso dos trabalhadores. Convencidos de que o patrão

não vai ceder, nós vamos para a queda de braço. Para este ano, já estava evidente que, se não fizéssemos uma pressão maior, a primeira proposta iria ficar naquilo mesmo. Não tínhamos outro caminho. E às vezes o patrão paga pra ver. E aí, se a greve é forte, temos mais poder de barganha na mesa de negociação.

Extratos – Como vocês avaliam o fato de que, ao fim de uma campanha e greve unificadas, se façam assembleias específicas por bancos?

Raimundo – Mesmo iniciando o movimento juntos por questões que dizem respeito a todos os bancários, existem coisas de interesse dos segmentos, como no caso dos bancários da Caixa, por exemplo, que seguiram em greve por questões específicas. O que saiu na mesa da Fenaban, conquistado de maneiri-



ra unitária por todos os trabalhadores, ainda não era suficiente para os bancários da Caixa. Isso acontece no BB, no BRB e nos bancos particulares também.

Extratos – Isso não fere a unidade?

Raimundo – Não, pois existem os acordos específicos que precisam e devem ser debatidos e aí a gente utilizou o recurso de continuar em greve.

Rosane – Nos bancos privados isso é mais complicado. Imagine se o Banco do Brasil, a Caixa e o BRB saem da greve e os bancos privados continuam? Mas é como o Raimundo explicou. Conseguimos avanços na Fenaban, mas há ainda as negociações do aditivo do Santander, por exemplo, que é o único banco privado com aditivo. Há questões como auxílio-academia e a PPR a serem discutidas ali.

André – O ideal era termos uma campanha unificada com começo, meio e fim. Mas não temos um padrão só. Os bancários são a única categoria no país desde a década de 90 que tem uma convenção coletiva efetivamente nacional. Mas há uma diferenciação nítida no acordo coletivo de trabalho entre bancos públicos e privados, o que leva a negociações específicas.

Extratos – Nos últimos anos, o perfil da categoria bancária mudou muito. Ela está mais jovem e é formada na maioria por mulheres. O que isso muda na estratégia de mobilização dos trabalhadores?

Raimundo – O jovem cresceu sob o neoliberalismo e, por conta dessa filosofia, foi influenciado para a competitividade, o querer ser alguém na vida a qualquer custo. E aquela visão de sociedade dos anos 70, coletiva, socialista, igualitária não está clara para os jovens, que não veem na greve um valor do seu cotidiano. Nós temos dificuldade de termos jovens no nosso movimento. Precisamos fazer esse diálogo com eles e, diferentemente do passado, hoje as empresas fazem esse debate ideológico, estão na disputa, para tê-los do lado delas e contra a gente.

Rafael Zanon – Temos que avançar no nosso papel pedagógico. Não necessariamente a mente do jovem já está conquistada pelo sistema vigente. Claro, ele foi educado no neoliberalismo, mas o embate ideológico ainda está aí nas lutas do dia a dia, nas relações de trabalho.

Extratos – O trabalho pedagógico envolve um conjunto de ações e atividades, como formação, o papel do delegado sindical, reuniões e ações coletivas nos locais de trabalho...

Rosane – No caso dos bancos privados, há mais mulheres pelo fato de a remuneração ser menor. Quanto aos jovens, antigamente, entrava-se no banco para fazer carreira; hoje, o jovem não está preocupado com isso. Ele se sujeita a ganhar pouco no início, estar ali é como aprendizagem, como algo a mais no currículo dele e está bom. O próprio banco demite os mais velhos. E mais: os jovens não estão preocupados em ajudar na greve, no movimento. Nesse sentido, os mais velhos são mais conscientes.

André – É um desafio que tem a ver com a cultura do neoliberalismo, com seus conceitos privatistas, individualistas, consumistas, as mudanças no modo de produção. A questão é o jovem ver atrativo e efetividade na luta. Cabe aos sindicatos envolverem mais os jovens. Mas não há uma fórmula pronta.



Extratos – Quais os principais avanços obtidos na Campanha Nacional deste ano?

Rosane – A ampliação da licença-maternidade para 180 dias, os programas de reabilitação e de capacitação profissionais e o reconhecimento da relação homoafetiva estável dos cônjuges, além da PLR maior.

Zanon – No BB, avançamos no aumento do piso, uma questão muito importante, que é para todo mundo, que aumenta o vencimento padrão de todos os trabalhadores, reajustado em 9%; a contratação de 10 mil funcionários até o final de 2010. Sobre isonomia, o abono de cinco dias, que pode ser vendido ou acumulado; os comitês de ética para julgarem os casos de assédio moral; e a questão do PCCS e jornada de 6 horas, que o BB se comprometeu a discutir e apresentar proposta até junho de 2010.

Raimundo – Para todos os bancários, o índice de reajuste de 6%, com ganho real de 1,5%, reeditando campanhas anteriores. A PLR na

Caixa, questão que conseguimos avançar, uma vez que, em princípio, o banco não podia cumprir as condições estabelecidas no acordo com a Fenaban, pois impactava-se em mais de 20% o seu lucro. Conseguimos elevar o valor da PLR, começando com o piso, em torno de R\$ 2,3 mil e saltamos para R\$ 4 mil, mais o abono, dando um total de R\$ 4.700. Para desafogar a rede de atendimento, a Caixa obteve do Dest (órgão do Ministério do Planejamento) autorização para a contratação de mais cinco mil empregados, resultado da pressão do movimento sindical. Além disso, há a questão dos dias parados. No ano passado a Caixa fez um acordo e não cumpriu, agora imagina-se que ela vá honrar, com a estipulação do prazo para a compensação até o dia 18 de dezembro, zerando eventual saldo a partir desta data. E o Plano de Cargos Comissionado (PCC), com a garantia de ser implementado até dezembro.

André – Foi uma greve forte no BRB. Como fruto da negociação do ano passado, tivemos o PCS (Plano de Cargos e Salários), negociado pelo Sindicato e implantado em 1º de julho, que acrescentou ganhos à folha salarial global dos bancários, principalmente para segmentos mais defasados nas agências. O aumento real de 1,5% da Fenaban. E tivemos a discussão da PLR que resultou, nas circunstâncias de negociação, em avanços. Será de 13% do lucro líquido, com 6,5%, a metade, distribuídos linearmente, e a outra metade vinculada a metas, mas com a garantia de que a integralidade dos 13% será distribuída no semestre. Também avançamos no valor da cesta-alimentação, com acréscimo de R\$ 50, de modo que o conjunto tíquete-refeição mais cesta-alimentação fica em R\$ 710 – maior que na Fenaban. E também obtivemos a redução dos juros do cheque especial para 4,6% e um pacote de isenção e de redução de tarifas, acúmulo de abono assiduidade por dois anos, as férias com 5 dias a mais para quem tem 25 anos ou mais de banco e a manutenção da “estabilidade” para os novos funcionários.

Extratos – Que avaliação fazem da ação truculenta dos bancos na greve, que se utilizaram da polícia e de interditos proibitórios para tentar desmobilizar os bancários? Particularmente no caso do Caixa, que tem na sua direção membros oriundos do movimento sindical.

Raimundo – Isso é objeto de controvérsias. O diálogo nem sempre é tão bom quanto parece nesse contexto. No caso de Brasília, por exemplo, há integrante da direção da Caixa que já foi inclusive dirigente sindical e que hoje afronta o movimento sindical. A Caixa ousou tentar quebrar o movimento sindical, o que classificamos de sabotagem. Quando dissemos que a proposta de PLR era ruim, a Caixa elaborou uma exclusiva para os gestores e disse a eles para irem à assembleia para aprovarem-na. Proposta que só ficou conhecida três dias depois e foi rejeitada pelo conjunto da categoria sob orientação do Sindicato, que reafirmou, mais uma vez, durante toda a campanha, sua independência em relação ao governo e à empresa. Outra questão é que discordo completamente da ação da polícia, chamada pela Caixa para intervir no nosso movimento, impedindo nossa livre manifestação, coisa vista só em governos autoritários e não democráticos.

André – Banqueiro é banqueiro. Quer o máximo de lucro em curto espaço de tempo. E isso não muda, ocorre tanto nos bancos públicos como nos privados. E eles abusam do poder econômico de várias formas, por isso queremos participação no projeto de regulação do sistema financeiro, sob controle maior da sociedade. Essa ação truculenta é inadmissível, resquícios ainda do autoritarismo que o Brasil recentemente superou, é a falta de uma cultura civilizada para resolver conflitos, com a utilização de recursos obsoletos. No BRB tivemos lamentavelmente o caso da pressão da direção do banco sobre os comissionados para pôr fim à greve.

Extratos – Nos bancos privados temos os interditos proibitórios...

Rosane – Diferentemente dos bancos públicos, nos bancos privados temos os interditos proibitórios. No ano passado, logo no início da greve, tivemos o interdito do Santander. Este ano, tivemos o Bradesco e o Itaú. Daí ficamos naquela guerra: fechamos o banco, chega a polícia e reabre. A gente vai trabalhando da forma que dá.

Extratos – A campanha foi baseada na questão do abuso dos bancos, mostrando a situação de exploração dos bancários e da população e exigindo tarifas e juros mais justos e mais contratações. Nesse sentido, o que mais conquistamos e o que falta?

Raimundo – O papel do sistema financeiro é o de intermediar o crédito na economia. O problema é que, na economia brasileira, quando ele faz essa intermediação, fica com a maior parte do resultado. E isso à custa de baixos salários do trabalhador bancário e das péssimas condições de trabalho. A Caixa assinou um termo de substituição de terceirizados por concursados, mas o fez na prática na proporção de três para um, sendo que deveria ser em igual proporção. Precisamos melhorar as condições de trabalho, pôr fim ao assédio por metas abusivas, acabar com a rotatividade, principalmente nos bancos particulares, e melhorar o piso.

Zanon – Sempre denunciemos o abuso dos bancos com os altos juros. Mas é importante destacar que os bancos públicos tiveram este ano um papel fundamental no enfrentamento da crise a partir da redução dos juros e a oferta de crédito. Isso é resultado de uma luta do movimento sindical, com base também no clamor da sociedade. Mas falta muito a avançar nesse sentido.

André – O mote organizado pela Contraf/CUT foi muito feliz. Baixar juros e tarifas e contratar mais é o mínimo que os bancos devem fazer, se levada em conta a margem de lucro deles. Há um sobrelucro que é retirado da sociedade e dos bancários. O resultado da campanha nesses aspectos só coloca mais desafio. Os bancários precisam se articular com outros atores sociais para fazer com que o setor financeiro, que tem muito poder, se convença de abrir mão de lucros exorbitantes em prol de melhores condições de crédito e serviços bancários.

Rosane – Nos bancos privados, a principal questão que passa pela valorização dos funcionários diz respeito à PLR. Os bancos usam artifícios contábeis pouco transparen-



tes no balanço dos lucros, conforme seus interesses e em detrimento dos bancários, e isso precisa ser denunciado à sociedade.

Extratos – Qual a importância do apoio de outras categorias à luta dos bancários e da busca pela unificação das datas-bases dos trabalhadores do ramo financeiro?

André – É uma política acertada da diretoria do Sindicato, em particular do presidente, Rodrigo Britto, e é missão da CUT fazer uma luta horizontal. Os bancários tiveram apoio e também já apoiaram outras categorias, não só hoje, mas historicamente. É muito importante ter essa visão para além da sua categoria. Temos outros trabalhadores no sistema financeiro que queremos ver abrigados sob o mesmo contrato de trabalho. A diretoria do Sindicato vem trabalhando para que isso se concretize em breve.

Zanon – Nós já temos uma grande luta que é a de unificar todos os bancários em torno de uma mesa única. Unificar a data-base de bancários, vigilantes e outros trabalhadores é importantíssimo, mas vamos enfrentar grandes dificuldades também com os patrões. Feito isso, o desafio a ser vencido é homogeneizar os interesses de todas essas categorias, porque não há consenso inclusive entre os bancários. Mas é uma tarefa da qual não podemos nos furtar.

Raimundo – Temos dificuldade sim em unificar interesses diferentes, de grupos diferentes em torno de uma proposta única. Mas as duas iniciativas (o apoio de outras categorias e a unificação de datas-bases) foram defendidas pelo movimento. Isso dá mais potencialidade à luta. A solidariedade dos trabalhadores é o sonho dos manuais da classe. O apoio veio também de quem recebeu apoio do Sindicato dos Bancários. Quanto à unificação, sabemos das dificuldades, mas essa é a nossa meta. 



Com a palavra, os delegados sindicais

→ RENATO ALVES



OS NOVOS BANCÁRIOS TÊM ALGUMA RESISTÊNCIA A FAZER GREVE, POR CAUSA DO COMISSIONAMENTO, DA CARREIRA. ACHAM QUE ISSO VAI ATRAPALHAR FUTURAMENTE

Elza Maria de Oliveira

Também conhecidos como representantes sindicais de base, eles são imprescindíveis para a organização da luta nos locais de trabalho. Numa via de mão dupla, representam o Sindicato junto à categoria e os trabalhadores junto à entidade. Presentes no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e no BRB (não são reconhecidos pelos bancos privados), os delegados sindicais - uma conquista da categoria que consta no Acordo Coletivo de Trabalho - exercem papel de destaque na mobilização dos trabalhadores durante a campanha nacional, sobretudo na greve.

Elza Maria de Oliveira, delegada sindical no Banco do Brasil; Antonio Abdan, na Caixa Econômica Federal; e Maíra Fialho, no BRB, contam, em entrevista a *Extratos*, como foi esse trabalho com os colegas nos seus respectivos bancos, dando uma oportunidade ímpar ao leitor de, a partir da análise específica das instituições financeiras em tela, construir uma visão mais ampla do que foi a campanha em Brasília.

Extratos - O papel do delegado sindical é de fundamental importância para a organização no local de trabalho. Como você avalia a mobilização dos trabalhadores este ano na Campanha Nacional?

Elza Maria de Oliveira - No caso do Banco do Brasil, eu poderia falar da nossa diretoria. Lá, nós já temos uma história de greve, então é diferente das outras. Temos o pessoal antigo que já vem fazendo greve. Os novos têm alguma resistência, por causa do comissionamento, da carreira. Eles vêm de agência, estão acostumados com pressão e acham que se fizerem greve isso vai atrapalhar futuramente. A partir do momento que eles veem que a diretoria

tem esse histórico de greve, sem represálias, fica mais fácil. Nosso trabalho com eles é explicar que vamos estar sempre do lado deles, com o Sindicato. Mesmo antes da greve, por conta de mudanças na diretoria, tivemos problema para o pessoal aderir sem precisar ter medo. O que vi nos outros setores do Banco do Brasil foram pessoas fazendo greve sozinhas. Está faltando mais atuação dos delegados. Se ele não for mais atuante, o pessoal fica inseguro.

Antonio Abdan - Em meu setor, a mobilização se deu principalmente através do correio eletrônico, por onde repassamos informes do andamento da campanha, bem como tratamos de temas afetos ao movimento. Foi feito também um trabalho de convencimento, corpo a corpo, ao longo do ano, à medida que a campanha evoluía.

Maíra Fialho - No BRB a mobilização se mostrou firme e se fortaleceu de acordo com o progresso das negociações.

Extratos - Quais foram as principais demandas da base que chegaram até você para a campanha deste ano?

Elza - O problema é que o pessoal não acompanha as assembleias nem as reuniões que acontecem no Sindicato para montar propostas. O pessoal não participa! Isso que estou tentando mudar com eles. Vamos participar! O que achar que é errado, a gente vota. O que temos são pessoas que dizem que não vão fazer greve porque não estão de acordo com que o Sindicato está pedindo. Isso é uma desculpa para não fazer greve.

Abdan - Questionamentos quanto ao PCC (Plano de Cargos Comissionados), ao desconto dos dias parados e à atitude do Sindicato ante os abusos da Caixa e à postura de descumprimento da empresa ao acordo coletivo assinado em 2008.



FOI UMA GREVE DIFÍCIL, APESAR DA GRANDE ADESÃO. NOS PRÉDIOS DA MATRIZ E FILIAL, MUITOS PELEGARAM E A FALTA DE COMPANHEIROS NOS PIQUETES IMPEDIU UMA AÇÃO MAIS EFETIVA

Antonio Abdan

Maíra – A principal preocupação dos colegas foi o corte do ponto dos dias parados e possíveis retaliações dos superiores.

Extratos – Que balanço você faz da greve?

Elza – Foi boa. Pois não ficamos muito tempo em greve. Tivemos casos de paralisação em que a gente não sabia o que iria fazer, porque o banco não oferecera mais, fazendo com que a gente fosse perdendo força.

Abdan – Foi uma greve difícil. Apesar da grande adesão que garantiu o fechamento de quase todas as agências do DF por 28 dias, os piquetes estavam esvaziados e cheios de colegas de outros bancos e sindicatos, uma vez que muitos ficaram em casa. Sem falar que nos

prédios da Matriz e Filial, muitos “pelegaram” e a falta de companheiros nos piquetes impediu uma ação mais efetiva de convencimento. Do lado da empresa, encontramos uma direção intransigente, disposta a não negociar e pronta para valer-se de qualquer recurso para dobrar os ânimos da categoria: da comodidade e avanços tecnológicos, que restringem 80% do atendimento bancário às salas de auto-atendimento e à internet, aos subterfúgios da contra-informação, da mentira, da intimidação (TST), incluindo jogar a manobra de “empregado contra empregado”, solicitando aos pelegos irem às assembleias para acabarem com o movimento paredista. Se de um lado tivemos uma parcela de empregados não muito engajada e uma direção de empresa intransigente, do outro apareceu um sindicato aguerrido que assumiu suas funções. Junto a esse, muitos companheiros, dentre eles vários delegados sindicais, conduziram o movimento a um desfecho favorável à categoria.

Maíra – Acho que os avanços sempre podem ser melhores, mas acredito que foi muito boa a campanha esse ano. A greve foi forte, teve bastante adesão dos bancários e a população apoia o movimento e também critica os banqueiros pelos abusos cometidos.

Extratos – O que você acha que é preciso ser feito para convencer os bancários que não aderem à luta da importância da união de todos para enfrentar os bancos?

Elza – Essa conscientização se faz através do delegado sindical. O que está acontecendo é que são poucos os delegados atuantes, porque eles mesmos ficam intimidados. Mas não pode ter medo!

Abdan – Todos os benefícios e direitos trabalhistas foram objetos de conquistas. Nada veio de graça. Para termos o que temos hoje, em seu tempo, muita gente boa caiu pelo caminho. A luta continua e os combatentes de hoje somos nós. Não podemos perder o que custou caro a muitos que vieram antes de nós e existe ainda muito a avançar.

Maíra – Acredito que cada um tem suas convicções e se não aderem ao movimento devem ter seus motivos. Mas sempre falo com essas pessoas da importância da adesão do maior número de pessoas possível, pois pode ser até clichê, mas a união é que faz a força.

Extratos – Como você avalia o apoio de outras categorias à luta dos bancários e a busca pela unificação das datas-bases de todos os trabalhadores do ramo financeiro (bancários, cooperativistas, vigilantes, vigilantes de transporte de valores)?

Elza – Isso dá mais força, fortalece o movimento dos trabalhadores, como no caso dos vigilantes, que são imprescindíveis para a segurança no local de trabalho dos bancários. É um trabalho de ajuda mútua.

Abdan – “Trabalhadores do mundo, univos!”. Nas palavras de Marx e Engels, não só do ramo financeiro, mas de toda a economia. Sozinhos, conseguiremos muito pouco.

Maíra – Acho muito importante a unificação, pois a mobilização maior e de mais setores com certeza fortaleceria ainda mais o movimento. Com relação ao apoio de outras categorias, sempre é bom e presente nas nossas campanhas salariais.

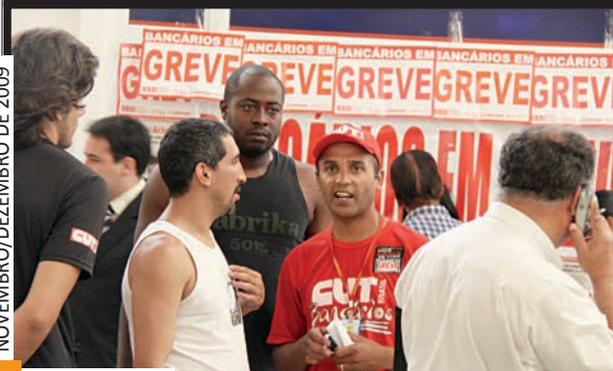


SEMPRE FALO COM AS PESSOAS QUE NÃO ADEREM À LUTA DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO. PODE SER ATÉ CLICHÊ, MAS A UNIÃO FAZ A FORÇA

Maíra Fialho



Contra os abusos





dos bancos...





...força, garra e





unidade na luta



Pressão dos bancários gera **mais contratações**

Apesar dos lucros altos, da sobrecarga de trabalho e das filas nas agências, bancos são morosos na ampliação das dotações e na contratação de aprovados em concursos

→ THAÍS ROHRER E THAÍS MARGALHO

A convocação dos aprovados nos concursos para os bancos públicos só melhorou após a pressão da categoria. Mesmo com os lucros a pleno vapor, e todos os balanços do ano confirmando a solidez dos bancos brasileiros, ainda há reclamações generalizadas em todas as instituições quanto à falta de funcionários e à sobrecarga de trabalho.

Os bancários pressionaram os patrões com protestos, vigílias e, como último meio contra a demora nas negociações, greve para exigir mais contratações, entre outras reivindicações.

“Se houve avanços nas contratações em bancos públicos, foram graças à pressão da categoria. Mostramos à população também que a luta por melhores condições de trabalho dos bancários tem tudo a ver com a busca da melhoria do atendimento aos clientes e usuários. Só assim, conquistamos mais 5 mil contratações na Caixa e 10 mil no Banco do Brasil. Mas essa luta continua, pois esses números são ainda insuficientes para os bancos reduzirem a sobrecarga de trabalho e as doenças laborais e respeitarem a população”, afirma Wandeir Severo, diretor do Sindicato.

A aflição de Carlos* já durava quase três anos. Ele é um dos aprovados no concurso do Banco do Brasil de 2006 e demorou a ser convocado. Ele tomou posse somente em novembro de 2009. “Eu fui uma das pessoas que acompanharam toda a mobilização e luta para que fôssemos chamados. Eu fiquei preocupado quando ocorreu o concurso de 2008 e eu ainda não tinha sido chamado”, afirma o recém contratado bancário.

O BB assinou um Termo de Ajusta-



Agência do Gama: falta de funcionários gera filas

mento de Conduta (TAC) se comprometendo a chamar os 2.744 aprovados no concurso de 2006 até junho de 2010. Foram convocados 2.200 até o momento. Também serão contratados mais 5 mil aprendizes. No aditivo do acordo coletivo específico deste ano, o banco se comprometeu a convocar 10 mil bancários até 2011.

A previsão é de que os aprovados de 2006 continuem a ser chamados em 2010. O diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília Rafael Zanon ressalta que “a luta pela prorrogação do concurso de 2008 já começou”.

Todos os aprovados no concurso de 2005 do Banco de Brasília (BRB) foram convocados. O concurso tinha validade de dois anos e prorrogado por mais dois. Depois de negociação com o Sindicato de Brasília, o banco aceitou a necessidade de contratar mais funcionários e o Governo do Distrito Federal (GDF) homologou a realização de um novo concurso. O edital está previsto ainda para o mês de novembro deste ano.

Demora

Em pior situação encontra-se a Caixa que só conseguiu chamar aproximadamente 7% dos aprovados em 2008. O concurso, com validade de um ano e já prorrogado por igual período, aprovou 9.658 pessoas, das quais apenas 682 foram convocadas. Foram contratadas 548 pessoas, excluídas as portadoras de necessidades especiais.

A sobrecarga de trabalho na Caixa é uma questão grave. Depois do TAC assinado em 2008, o banco foi obrigado a demitir todos os funcionários terceirizados exercendo atividade-fim. Caso descumpra o TAC, a Caixa pagaria multa de R\$ 2.500,00 por trabalhador terceirizado encontrado em atividade. A instituição se comprometeu em extinguir 9.229 postos de serviço atualmente terceirizados, de acordo com cronograma estabelecido após entendimentos com o Ministério Público. Ocorre que os terceirizados não foram substituídos por um número equivalente de concursados. A substituição se deu na proporção de três por um.

Depois da forte mobilização durante 28 dias de greve entre setembro e outubro passado em várias cidades do país, os bancários conseguiram arrancar mais 5 mil contratações. A previsão era de necessidade de contratação de 18 mil empregados para desafogar as agências de todo o Brasil. Por isso, os bancários continuam com ações para pressionar os patrões. 



TODOS OS APROVADOS NO CONCURSO DE 2005 DO BRB FORAM CHAMADOS. A PIOR SITUAÇÃO ESTÁ NA CAIXA, ONDE APENAS 7% DOS APROVADOS EM 2008 ESTÃO TRABALHANDO



Acampamento dos aprovados do BB de 2006



Posse de concursados do BB

Convênios do Sindicato

Benefícios aos sindicalizados e sua família

O Sindicato dos Bancários de Brasília oferece aos seus sindicalizados um amplo serviço de convênios, através do qual podem obter descontos nos mais variados estabelecimentos, desde academias e oficinas mecânicas até escolas e faculdades.

Só na área de educação, o Sindicato possui convênios com mais de cinquenta empresas. E o número de parcerias firmadas cresce mês após mês, aumentando as opções dos bancários.

Ao firmar parcerias como essas, a categoria consegue benefícios que não seriam obtidos individualmente.

César Augusto Pinheiro é filho de uma bancária do BB associada ao Sindicato. Ele utiliza o convênio há cerca de um ano para suavizar o preço das mensalidades do seu curso de Direito, que ele está concluindo agora no IESB. “Foi bem tranquilo para conseguir o desconto. É uma ajuda boa no orçamento, um dinheiro que fica livre para investir em outras demandas”. Outro estudante de Direito que também usa convênio do Sindicato para amenizar o custo da sua educação é o bancário do Bradesco Leonardo Fernandes. “Acho ótima essa iniciativa. Deveria haver mais convênios assim.”

Acesse www.bancariosdf.com.br e veja no link Convênios a lista completa de serviços com descontos aos filiados do Sindicato e seus dependentes.



“Se pudesse, faria tudo outra vez”

→ JOSÉ LUIZ FRARE, CESAR COSTA DE ARAÚJO, RENATO ALVES E ABRAVÍDEO

Corria setembro de 1960, ano de fundação da capital federal, quando um grupo de bancários, reunidos em assembleia, lavrou a ata de fundação da Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília. Um ano depois, mais precisamente no dia 23 de novembro de 1961, resultado direto do envolvimento dos cerca de 400 bancários que residiam em Brasília, nascia o Sindicato dos Bancários. À frente do movimento, Adelino Cassis, seu primeiro presidente.

A trajetória de luta de Adelino, funcionário aposentado do Banco do Brasil, começou bem antes, 20 anos antes da fundação do Sindicato, ainda sob o governo de Getúlio Vargas, como dirigente do Partido Comunista - o chamado “Partidão”. Coleciona lutas e vitórias, como a conquista do direito à jornada de 6 horas na primeira greve organizada pelo Sindicato ainda em 1961, o fim do trabalho aos sábados, abonos semestrais nos salários e o anuênio.

O golpe de 64, contudo, atravessou o caminho do movimento sindical. E, como tantos outros, Adelino foi perseguido pelos militares, demitido e preso. “Um fato traumático”, nas palavras do ex-presidente do Sindicato.

Na entrevista a seguir, que foi realizada em duas etapas (a primeira em 2004 e a segunda no início de novembro de 2009), Adelino rememora toda a sua vida de dedicação à causa dos trabalhadores, os bons e os maus momentos. Agora, após 48 anos de fundação do Sindicato e com 87 anos de idade, Adelino afirma, orgulhoso: “Faria tudo outra vez”.



Extratos Como foi o início da sua militância?

Adelino Cassis Eu sou de São Paulo. Na realidade eu era dirigente do Partido Comunista já exercendo as funções sindicais correlatas. Eu era funcionário do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, e foi lá que eu comecei minha militância sindical, em 41, ainda sob Getúlio Vargas. Nessa condição eu fui cooptado pelo Sindicato dos Bancários para participar das lutas locais. Nessa época eu também conduzia uma revista voltada

do Sindicato dos Bancários, mas que trazia temas de interesse dos trabalhadores como um todo. Quando ainda estava no Rio eu participei de um congresso da Federação Sindical Mundial, em 47. Na realidade eu sempre fui sindicalista, fosse como simples militante, fosse ocupando posições de destaque dentro do movimento sindical. Mas aí aconteceu um fato novo, um fato traumático, não só para mim, mas para todos que o viveram, que foi a ditadura militar.

Extratos Que congresso foi esse?

Onde aconteceu?

Cassis Foi o 4º congresso da Federação Sindical Mundial foi em 1947, logo depois da Segunda Guerra Mundial. Aconteceu em Leipzig, na Alemanha, na parte da Alemanha que tinha virado socialista durante a guerra. A minha militância era muito ostensiva, então eu logo comecei a fazer parte da Federação. Eu não me limitava à militância sindical bancária, era também militante político e militava no movimento sindical geral. Entre os

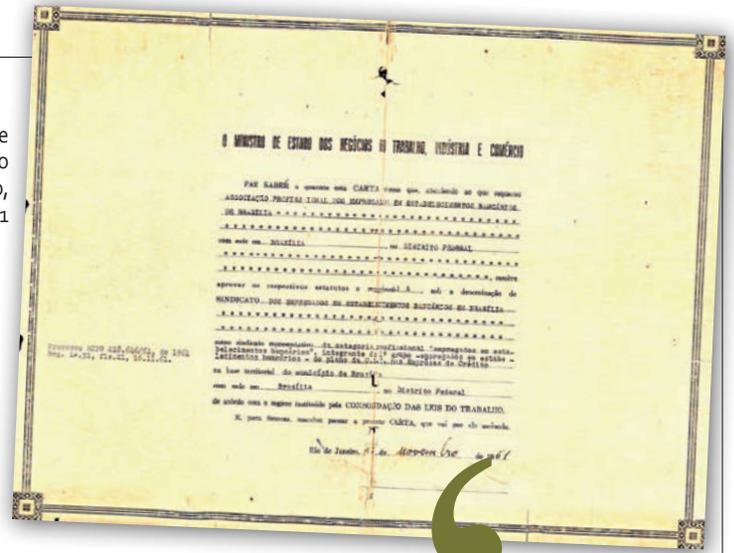
que militavam comigo naquela época, existiam pessoas que se projetaram depois como pessoas importantes no meio sindical e algumas até que compõem hoje o governo Lula.

Extratos O senhor se envolveu na Campanha “O petróleo é nosso”?

Cassis “O petróleo é nosso” na verdade era o lema da Campanha do Petróleo, que lutava pela nacionalização das reservas de petróleo descobertas no nosso país em meados dos anos

TRABALHAMOS
PELA VOLTA DA
DEMOCRACIA
DENTRO E
FORA DA CUT

Carta de criação do Sindicato, de 1961



30. Ela mobilizou vários setores da sociedade da época, e eu, que já era militante do Partido Comunista nessa época, participei também, pois essa era uma bandeira que nós levantávamos naquele tempo. A campanha foi muito bem sucedida, ganhou muita notoriedade, e resultou na criação da Petrobrás.

Extratos Quando e como o senhor veio para Brasília?

Cassis Vim pra Brasília em 61, transferido pelo Banco do Brasil. Vim para cumprir uma

missão políticossindical. Tinha interesse em vir para cá por causa do movimento sindical. Quando eu cheguei aqui, o lugar era um enorme canteiro de obras. Apenas partes da Asa Sul já estavam concluídas.

Extratos Como foi o movimento de fundação do sindicato dos bancários?

Cassis Quando nós começamos o movimento de formação do Sindicato, havia cerca de 400 bancários aqui em Brasília. Havia pessoas de vários bancos, mas a maioria trabalhava no BB. O Sindicato foi fundado em 23 de Novembro de 1961, foi quando nós conseguimos a Carta Sindical. Eu fazia parte daquele contexto, daquele grupo que deu origem ao Sindicato, e fui eleito, na primeira eleição que ocorreu, para presidente do Sindicato, em 1961. Meu mandato era de três anos. Mas houve várias personalidades envolvidas na criação do Sindicato, inclusive figuras que hoje têm destaque no governo Lula.

Extratos Como era a participação do Sindicato dos Bancários na época do João Goulart?

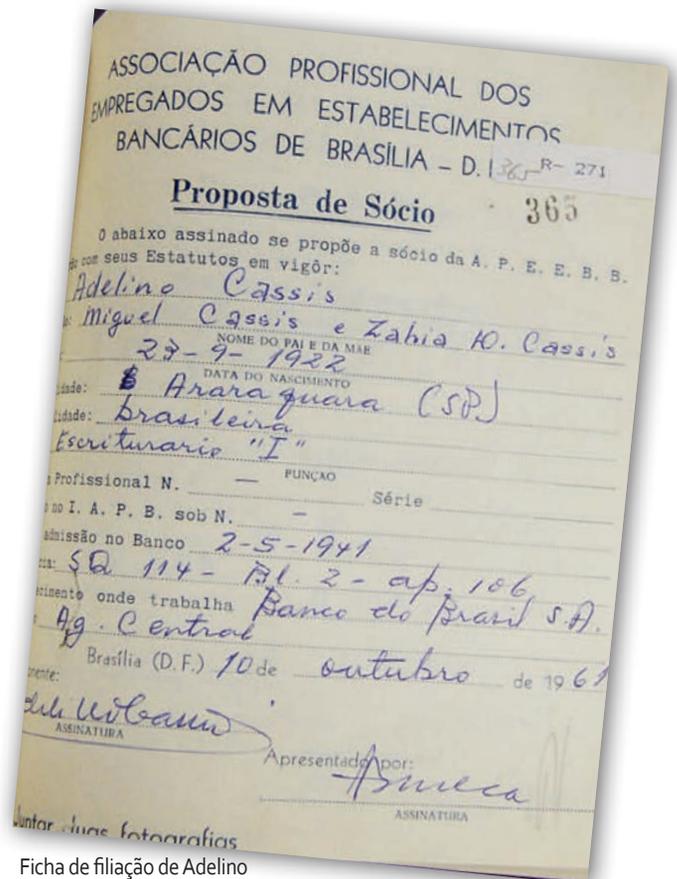
Cassis Para começo de conversa, o Jango era do Partido Comunista, do qual eu e várias outras militâncias do movimento sindical fazíamos parte. Foi um período de muito entusiasmo, de muita efervescência política. O Jango tinha um projeto ambicioso, das reformas de base, do qual nós participamos. Por isso, pode-se dizer que o Sindicato

dos Bancários estava envolvido, trabalhando nesse projeto. Também foi um período no qual nós gozamos de total liberdade para nossas atividades sindicais propriamente ditas.

Extratos A greve de 61 foi a primeira organizada pelo Sindicato. Como foi esse momento?

Cassis Foi uma luta sindical envolvendo sindicatos do país inteiro, uma grande mobilização. A conquista da jornada de trabalho de seis horas para os bancários foi obtida nessa

FOI UM PERÍODO
DE MUITA
EFERVESCÊNCIA
POLÍTICA. O JANGO
TINHA UM PROJETO
AMBICIOSO, DE
REFORMAS DE BASE,
DO QUAL NÓS
PARTICIPAMOS



Ficha de filiação de Adelino



JÁ NA GREVE DE 1961 HAVIAM ENTIDADES E AGENTES PELEGOS INFILTRADOS, QUE VINHAM PARA DESAGREGAR O MOVIMENTO

greve, que aqui durou dezessete dias. Aconteciam grandes assembléias do movimento sindical. Foi uma grande greve, vitoriosa, que teve como ponto de partida onde hoje é o Conjunto Nacional. Já nessa época havia várias entidades e agentes pelegos infiltrados na greve, pessoas que vinham para desagregar a parte legítima da greve, atendendo a interesses de terceiros.

Extratos E o golpe militar de 1964? O senhor foi demitido, preso?

Cassis Sim, fui demitido sumariamente do Banco do Brasil. À época, o presidente era o Castelo Branco. Como eu era conhecido pela minha atuação dentro da luta política e da luta sindical, acabei sendo perseguido por aqueles fascistas. No início da ditadura, a luta sindical era ostensiva, ou seja, ainda era feita na legalidade. Mas o Partido Comunista já era ilegal, clandestino, e foi por causa dele que eu fui preso. Eles me pegaram ali no Edifício Palácio do Comércio, no início da W3 Sul. Eu fiquei preso por cerca de dois meses. Fui mantido preso no Batalhão da Guarda Presidencial, o BGP. Minha casa foi invadida várias vezes pelos militares. Eles levaram uma série de documentos meus. Em minha casa havia uma bíblia, em árabe, que os militares tomaram acreditando que era uma edição em árabe de O Capital.

Extratos Demitido e perseguido, no período da ditadura, como ficaram as coisas?

Cassis Na época da ditadura, desempregado, houve muito sofrimento material. Tanto para mim como para minha família. Os bancários de Brasília se cotizaram para permitir minha sobrevivência. Foi assim que eu mantive a família. Depois de um tempo eu acabei montando um restaurante. Ficava no Setor Comercial Sul e se chamava O Tabuleiro da Baiana. Na verdade, eu consegui abrir esse restaurante graças



a essa ajuda dos bancários. Não era apenas eu que estava nessa situação. Várias outras lideranças também foram afastadas de seus empregos, perseguidas pelo regime. Nessa época, do restaurante, eu e minha família sofríamos ameaças o tempo inteiro. Os policiais iam lá, comiam, bebiam e saíam sem pagar a conta. Eles me ameaçavam, de forma sutil, mas ameaçavam.

Extratos Houve resistência à ditadura por parte dos bancários de Brasília?

Cassis Houve uma luta de resistência dos bancários contra o regime militar, mas ela foi relativa. Ninguém chegou a pegar em

Greve dos funcionários do Banco do Brasil em 1963, durante gestão de Adelino





Adelino (ao centro), na comemoração de 45 anos do Sindicato. À direita, o primeiro associado, Edio Custódio

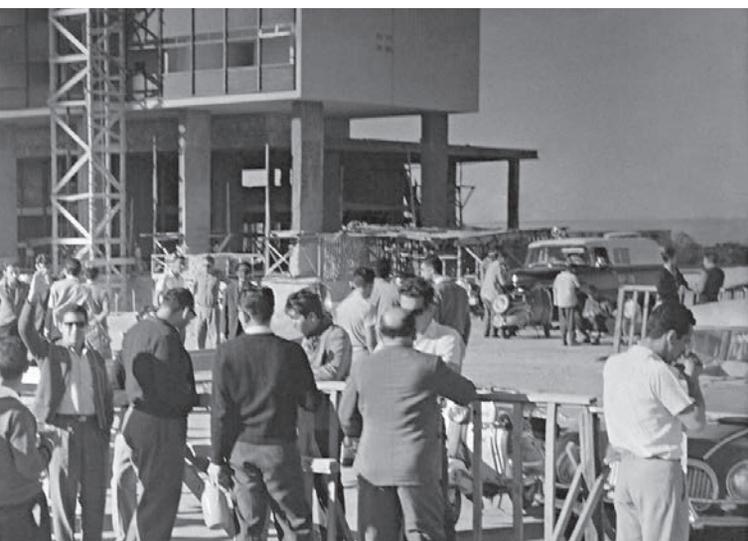
armas para enfrentar o regime. Nessa época, tudo o que se relacionava com o movimento sindical era proibido e perseguido pelo regime. Aí veio o AI-5, em 1968, e as coisas pioraram bastante. Mesmo nessa época havia movimento sindical, ainda que ele fosse totalmente clandestino. Não podia ser ostensivo. Uma parte desse movimento se desenvolveu no edifício Arnaldo Villares, onde ficava nossa antiga sede.

Extratos Como foi o movimento de reconstrução, ou melhor, retomada, do sindicato dos bancários?

Cassís Os pelegos indicados

pelo regime militar ficam no Sindicato de 64 até os anos 70. Além de perseguir as lideranças sindicais legítimas, históricas, os militares ainda nomearam interventores que geriram o Sindicato durante esse período. A retomada do sindicato da mão dos pelegos foi organizada nos bastidores, pelo Partido Comunista, o "Partidão", que liderava não só a retomada dos sindicatos, mas também os movimentos pela anistia, pela reabertura etc. Eu participei da construção das lutas desse período.

Extratos O senhor chegou a fundar uma comissão de anistiados do Banco do Brasil.



Como foi esse período da sua reintegração ao Banco?

Cassís Na verdade, nós não criamos oficialmente porque tal coisa era proibida pelo regime. Mas nós, junto com o Partido Comunista, organizamos um movimento para lutar pela anistia e para ajudar as lideranças que foram perseguidas. Havia também uma associação de luta pela anistia, que durou até 1979, quando a anistia foi concedida.

Eu não fui reintegrado, eu apenas voltei a trabalhar no BB. A reintegração propriamente dita envolve uma série de direitos e de benefícios que me foram negados.

Extratos O senhor conheceu o Luís Carlos Prestes?

Cassís Sim, durante um longo tempo, pois nós trabalhamos em várias iniciativas juntos. Eu também conheci a Anita (Anita Leocádio) no movimento pela anistia política. Eu e o Prestes mantivemos correspondência durante muitos anos, praticamente até a morte dele. Tenho várias cartas dele guardadas aqui em casa.

Extratos O senhor se lembra de um debate da CUT, do qual participaram você, o Lula e o Luís Carlos Prestes?

Cassís Sim, isso aconteceu em 1987. Eu tinha uma ligação pessoal com o Lula, que nós construímos durante as várias iniciativas das quais participamos juntos. Nós trabalhamos no restabelecimento da democracia, tanto dentro quanto fora da CUT.

Extratos Valeu a pena essa vida toda de lutas?

Cassís Para mim valeu, apesar de todas as dificuldades. Esse período democrático que nós desfrutamos hoje se deve em parte aos nossos esforços, durante aqueles dias turbulentos. Hoje eu vejo os frutos das nossas lutas e me sinto orgulhoso disso tudo. Não me arrependo, e se pudesse faria tudo outra vez.

“
**NA DITADURA,
 DESEMPREGADO,
 OS BANCÁRIOS
 DE BRASÍLIA SE
 COTIZARAM PARA
 PERMITIR MINHA
 SOBREVIVÊNCIA.
 FOI ASSIM QUE EU
 MANTIVE A MINHA
 FAMÍLIA**”



Reivindicações dos trabalhadores sobre o Congresso

50 mil marcham pela aprovação de projetos de lei e emendas constitucionais que beneficiam os trabalhadores

→ THAÍS ROHRER



ALÉM DE GERAR MAIS DE 2 MILHÕES DE EMPREGOS, A REDUÇÃO DA JORNADA VAI CONTRIBUIR PARA QUE OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS INVISTAM EM SUA QUALIFICAÇÃO

Artur Henrique



A Esplanada dos Ministérios amanheceu vermelha no dia 11 de novembro. Com bandeiras, camisetas, faixas, balões, cartazes, 50 mil trabalhadores, vindos de todo o país, caminharam unidos para pedir agilidade na aprovação de vários projetos de lei e propostas de emenda à Constituição que beneficiam o trabalhador.

Foi a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, organizada pela CUT e outras centrais sindicais, que apresentou como reivindicação central a aprovação da PEC nº 231/1995, que diminui a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários. Além disso, aumenta o adicional por hora extra de 50% para 75%.

Artur Henrique, presidente da CUT Nacional, relaciona os principais pontos da pauta unificada das centrais para a 6ª Marcha. “Além de gerar mais de 2 milhões de empregos, a redução da jornada vai contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras invistam em sua qualificação. E nisso, até os empresários deveriam apoiar”.

Artur lista o novo marco regulatório para o petróleo brasileiro, em definição no Congresso, como essencial para a CUT e o movimento social como um todo. “Defendemos a criação, com o marco regulatório, de um fundo social com recursos advindos do petróleo da área do pré-sal que preveja investimentos na reforma agrária e na seguridade social, além dos programas que o governo federal já propôs”.

“E falando em reforma agrária, está em nossa pauta os temas ligados à reforma, em especial o limite de propriedade da terra, a criação de novos índices de avaliação de produtividade da terra e a aprovação da PEC do trabalho escravo, que está parada em banho-maria no Congresso”, afirmou.





As centrais definiram outros eixos unificados: votação do PL 01/07 que efetiva a política de valorização do salário mínimo; atualização dos índices de produtividade da terra e aprovação da PEC 438/01 contra o trabalho escravo; e aprovação do PL 1621, do deputado federal Vicentinho (PT-SP), sobre a regulamentação da terceirização e combate à precarização nas relações de trabalho.

O presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Rodrigo Britto, apontou outros projetos também fundamentais para que “os trabalhadores tenham melhores condições de trabalho e os direitos assegurados”. Ele citou a ratificação das convenções 151 (garantias de negociação e organização sindicais no serviço público) e 158 (fim da demissão imotivada) da OIT.

Para os bancários especificamente, Rodrigo pediu apoio à aprovação do projeto de lei nº 799/2007 que acaba com a demissão por justa causa de funcionários do sistema financeiro com dívidas. O texto altera o artigo 508 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que permite esse tipo de dispensa. “A CLT é uma lei com mais de 40 anos e possui artigos ultrapassados. A minha iniciativa foi para corrigir injustiças”, afirma Geraldo Magela (PT/DF), autor do PL.



A MINHA INICIATIVA
FOI PARA **CORRIGIR**
INJUSTIÇAS

Geraldo Magela



Garantia contra dispensa imotivada

Os patrões não poderão demitir injustamente no Brasil. “A menos que exista para isso uma causa justificada, relacionada com sua capacidade ou seu comportamento, ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço”, diz o artigo 4º da Convenção 158 da OIT.

O Brasil chegou a aprovar a Convenção no Congresso Nacional na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas deixou de vigorar em um curto espaço de tempo. Os empresários se manifestaram contra a Convenção 158 da OIT e apontaram vários problemas para a aprovação do acordo.

A alegação foi que a Convenção tinha questões jurídicas conflitantes e que a validade do acordo acarretaria perda da competitividade internacional. O governo da época editou o decreto nº 2100/96 e revogou a decisão tomada anteriormente. São aproximadamente 34 países que aderiram à Convenção.

Pela Convenção 158 da OIT, os patrões deverão observar vários critérios antes de demitir funcionário sem motivação.

Menos trabalho, mais salário

A redução da jornada garante aos funcionários mais qualidade de vida, mais tempo para o lazer, entre outros benefícios. Além disso, o empresariado e Estado também sairão ganhando, já que diminuiriam os riscos de acidente no trabalho que geram altos custos para o empregador.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 231 de 1995, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais é baseada em parecer da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Estamos com muita esperança de que o projeto seja aprovado, já que o custo ao empresariado é muito pequeno diante do ganho para a sociedade”, destaca o deputado federal Vicentinho (PT/SP), relator da PEC. A PEC já foi aprovada em comissões especiais da Câmara dos Deputados. Agora depende de aprovação em Plenário.

Na audiência com lideranças das Centrais, após a 6ª Marcha, o presidente da Câmara, Michel Temer, prometeu instalar uma espécie de comissão de deputados e centrais para elaborar uma forma de tentar encaminhar de forma favorável a PEC.

Já o presidente do Senado, José Sarney, prometeu aos dirigentes sindicais colocar a ratificação da convenção 151 para votação, com prioridade. A 151 já foi ratificada pela Câmara.



ESTAMOS COM MUITA ESPERANÇA DE QUE O PROJETO SEJA APROVADO, JÁ QUE O CUSTO AO EMPRESARIADO É MUITO PEQUENO DIANTE DO GANHO PARA A SOCIEDADE

Vicentinho

Trabalhadores em pauta

- Ratificação da Convenção 151 da OIT: trata da garantia do direito de negociação, de proteção contra atos discriminatórios no exercício da função e a garantia de que o servidor possa exercer a atividade sindical sem sofrer punições.
- PEC 438/2001: prevê o confisco de terras onde trabalho escravo foi encontrado e as destina à reforma agrária.
- Ratificação da convenção 158 da OIT: acaba com demissão imotivada e cria critérios para os casos de dispensa por dificuldades econômicas.
- Lei nº 799/2007: altera o artigo da CLT que permite a demissão por justa causa de funcionários com dívidas.
- PEC nº 231/1995: trata da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários, e aumento do valor da hora extra.
- PL 1621, do deputado federal Vicentinho (PT-SP), sobre a regulamentação da terceirização e combate à precarização nas relações de trabalho.
- Marco regulatório do pré-sal, com fundo social destinando recursos para previdência social, educação e combate à miséria.

Mais benefícios para a mãe e o bebê

A ampliação da licença maternidade para 180 dias já está sendo gozada por mulheres de bancos públicos. Nos bancos privados, ainda há pressão e ações a fazer para efetivar a conquista

➔ ANDRÉ SHALDERS

Sabrina Reis dos Santos e Elisângela Araújo Fernandes têm muitas coisas em comum. Especificamente, ambas são bancárias, mães, e agora desfrutarão do período de licença maternidade de seis meses com seus filhos. Elas também são unânimes ao falar sobre os benefícios da ampliação da licença maternidade de 120 para 180 dias.

Sabrina é bancária da Caixa. Está grávida pela segunda vez e agora desfrutará da licença maternidade ampliada. “Quando eu tive meu primeiro filho, ficava agoniada com o pouco tempo que eu tinha para passar com ele. Ter mais tempo para ficar com o bebê é muito bom. Quem não é mãe não imagina como é. Para a mãe e para a criança, cada dia, cada hora é muito importante.”

Elisângela, do BRB, também está feliz. Sua filha Júlia estava prestes a completar 4 meses de idade e a bancária já se preparava para reassumir o trabalho, quando saiu o acordo com a Fenaban e conquistamos do BRB a licença para meio ano. “Até os seis meses, a criança é muito dependente da gente. Nesse período, ela só se alimenta mamando, e se a mãe sai de perto ela fica doente com mais facilidade. Além da amamentação, tem também o lado emocional. Eu acho uma crueldade ter que entregar um filho de 4 meses para outra pessoa cuidar.”

Sabrina e Elisângela não estão sozinhas em suas opiniões a respeito da importância do aumento da licença maternidade para a saúde das crianças. Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato, comenta que “no caso do aumento da licença maternidade há uma série de ganhos, tanto para as mães e seus filhos quanto para as empresas. Sem dúvida, as maiores beneficiárias dessa mudança são as crianças, pois, com um tem-



QUEM NÃO É MÃE NÃO IMAGINA COMO É. PARA MÃE E PARA A CRIANÇA, CADA DIA, CADA HORA É MUITO IMPORTANTE

Sabrina Reis

Elizângela



A FASE QUE VAI DO NASCIMENTO AOS SEIS MESES É VITAL PARA A CRIANÇA DESENVOLVER VÁRIAS NOÇÕES QUE SERÃO IMPORTANTES NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE MAIS TARDE

po maior de aleitamento materno, evitam-se várias doenças. O convívio com a mãe ajuda no desenvolvimento geral delas. As mães também voltam ao trabalho mais tranquilas e mais estáveis psicologicamente após um período adequado com o bebê.”

Todos os bancos públicos concordaram em conceder aumento na licença na Campanha Nacional dos Bancários de 2009. A luta agora é fazer com que os bancos privados garantam o mesmo benefício às suas funcionárias. Pelo acordo coletivo fechado

com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), a ampliação da licença maternidade está vinculada à adesão, por parte dos bancos, ao Programa Empresa Cidadã, instituído pelo governo através da Lei 11.770, de agosto do ano passado.

Uma comissão de dirigentes sindicais bancários foi no dia 11 de novembro à Câmara dos Deputados para pressionar parlamentares para inclusão do programa Empresa Cidadã na Lei Orçamentária de 2010, a LOA, cujo relator é o deputado e bancário Geraldo Magela (PT-DF). A comissão conversou também com parlamentares que têm projetos paralelos pelo aumento da licença maternidade, como a PEC 030/2007.

Independentemente dessa ação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e os sindicatos de bancários continuam pressionando os bancos privados a adotarem o aumento da licença maternidade, antecipando-se voluntariamente à regulamentação do programa Empresa Cidadã, citando o exemplo dado pelos bancos públicos e por grandes empresas como a Nestlé.

Rosane Alaby, diretora do Sindicato, estava presente na comissão. Segundo ela, “essa é uma questão de saúde pública, importante para as crianças e as mães. Aumen-

tar a licença maternidade é valorizar o trabalho das mulheres. Além disso, esse aumento também terá baixo custo para os bancos, que deixarão de pagar dois meses de auxílio creche”. Além de garantirem esses direitos aos bancários, as novas conquistas incentivam o debate dessas questões por toda a sociedade, abrindo caminho para que outras categorias façam o mesmo tipo de reivindicação.

O presidente da Sociedade de Pediatria do DF, Dennis Alexander Burns, explica que, “entre os benefícios à saúde das crianças, há, de início, uma melhora na capacidade da criança de resistir a doenças e infecções, pois aquelas crianças que passam a conviver muito cedo em creches ou com babás costumam ter mais problemas do que as que ficam com suas mães.”

“Essa fase dos quatro aos seis meses é vital para o desenvolvimento neurológico das crianças. Aos seis meses, o bebê já é mais independente da mãe, pois já adquiriu noção de que ela voltará ao fim do expediente. Também nessa idade, o bebê já vê a família como um grupo que cuidará dele. Esse tempo maior ajuda as crianças a desenvolverem todas essas noções, que serão importantes na formação da personalidade dos indivíduos mais tarde,” completou. ■

Agenda do trabalhador

- Conferência Nacional de Comunicação, dias 14, 15, 16 e 17 de dezembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília. Com o tema central “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”, a 1ª Confecom se desenvolverá em três eixos-temáticos: “Produção de Conteúdo”, “Meios de Distribuição” e “Cidadania: direitos e deveres”. Representantes da sociedade, das empresas e do poder público definirão propostas para formulação de políticas públicas para o setor.
- Cúpula Sindical do Cone Sul, dia 7 de dezembro, em Montevidéu, reúne cerca de 400 lideranças de 13 centrais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Na mesma data, os presidentes dos países que compõem o Mercosul também estarão reunidos na capital uruguaia. O objetivo do evento, promovido pela Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), é debater o processo de integração, visando ao seu fortalecimento, à elevação do protagonismo da classe trabalhadora e à disputa do modelo de desenvolvimento.

Avanço sobre homens acima de 50 e mulheres abaixo de 24

Mais de 630 mil brasileiros são portadores do vírus HIV, que se dissemina em todas as faixas sociais. Por isso, a luta contra a Aids é permanente. Conheça aqui a história de pessoas que venceram o preconceito e hoje convivem com o vírus

→ ANDRÉ SHALDERS

Um filão que vem sofrendo bastante com a Aids é o dos homens heterossexuais acima dos 50 anos. No período que vai de 1996 a 2006, a incidência de Aids entre os maiores de 50 anos praticamente dobrou, passando dos 7,5 casos por 100 mil habitantes para 15,7. Entre esses, a maioria (63%) são homens. Por esse motivo, a campanha de combate à Aids de 2008, realizada pelo governo federal, teve como foco o segmento dos homens acima dos 50, assim como as campanhas realizadas durante o carnaval de 2009.

Há outra parcela da população com incidência do vírus da Aids cada vez maior no Distrito Federal. O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, liberado em agosto desse ano, aponta o grupo das mulheres heterossexuais entre 14 e 24 anos como tendo a maior taxa de infectados pelo HIV. A forma mais comum de transmissão do vírus entre esse grupo é o sexo sem proteção.

Assim como esses dados, os números gerais do Ministério da Saúde também continuam preocupantes. Em 2006, havia cerca de 630 mil brasileiros portadores do vírus da Aids. Tal estatística leva em conta apenas os casos notificados, e por isso é de se imaginar que o número real de portadores da doença seja ainda maior. As pesquisas mostram que a Aids não escolhe mais suas vítimas, não está mais restrita aos cha-



mados grupos de risco e está disseminada por toda a sociedade. Todas as pessoas com vida sexual ativa e usuários de drogas injetáveis são alvos em potencial.

Gilson Gomes tem 42 anos de idade, e vive com o HIV desde 1988. Ele trabalha como voluntário no Grupo Arco Íris, que dá assistência à pessoas com Aids. “Eu conheci poucos homens heterossexuais portadores, pois eles são arredios e geralmente não gostam de conviver nos grupos de ajuda. Isso acontece em parte porque eles têm mais dificuldades em se aceitar como soropositivos, mas também há o preconceito por parte da sociedade. As pessoas acreditam que os homens maduros não devam ter uma vida sexual ativa, e se surpreendem quando eles se descobrem infectados. Conheço relato de pais que foram rejeitados por seus filhos e suas famílias após o diagnóstico”.

Segundo Gilson, a educação conservadora e machista também é um fator que dificulta o tratamento desses pacientes. “Eles são muito resistentes ao hábito da camisinha e da prevenção, pois foram criados em uma época onde essas preocupações não existiam. Muitos desses homens têm ainda aquela mentalidade de que eles não precisam se cuidar. Algumas médicas comentam comigo como é complicado para eles aceitarem o tratamento.”

Carolina* relata como foi complicado o processo de aceitação da síndrome. “Foi uma mudança radical, um baque psicológico muito grande. Antes do vírus, eu era dona de uma loja, uma boutique em um Shopping. Quando recebi o diagnóstico, fiquei desesperada, achei que fosse morrer. Não tinha vontade de trabalhar nem de fazer nada. Acabei perdendo minha loja, me afastei dos meus amigos, pois tinha muito medo de ser descoberta como soropositiva. Minha família também me hostilizou. Alguns parentes me aceitaram e me apoiaram, mas outros tiveram medo, me recriminaram e pararam de falar comigo”. Carolina, 47 anos, vive há 12 anos com o vírus. Nesse meio tempo, obteve uma compreensão maior da síndrome, que a ajudou muito. “A vida continua. Eu passei a trabalhar com a aceitação e a proteção às pessoas com HIV. Reconciliei-me com a minha família, fiz novas amizades. Arrumei até mesmo um novo amor, coisa que eu achei que nunca mais teria. A coisa que mais contribuiu para que eu e as pessoas à minha volta aceitassem melhor a síndrome foi a informação. Se informar é a melhor forma de quebrar o preconceito e viver normalmente”.

O preconceito dificulta a vida e o tratamento dos portadores

Apesar dessas iniciativas, o preconceito ainda representa uma barreira na vida dos soropositivos. O medo da rejeição social é um dos motivos que levam as pessoas a não fazer o teste de HIV. Às vezes, um resultado positivo no teste pode significar a perda de empregos, amigos e relacionamentos. Acontece que, para quem tem AIDS, é fundamental fazer o teste o quanto antes, pois é a partir disso que se inicia o tratamento. Quanto mais cedo for iniciado o tratamento, maiores são as chances de que a pessoa possa levar uma vida normal. Por isso, no 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a AIDS, no ano passado, a data foi marcada por uma intervenção na Praça dos Três Poderes em Brasília, quando um homem foi posto dentro de uma bolha de plástico, simbolizando o preconceito que afeta os soropositivos. Este ano, a campanha encampada pelo Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde reforçará o tema do preconceito, com o slogan “Viver com AIDS é possível, com preconceito não.”

O recebimento do diagnóstico positivo pode gerar alterações profundas na vida das



O TRATAMENTO DISPONÍVEL HOJE ALTERA PROFUNDAMENTE O ESTILO DE VIDA DOS PORTADORES, MAS PERMITE QUE ELES VIVAM SEM PROBLEMAS POR MUITO MAIS TEMPO

pessoas. É o que relata Claudinei Alves Pereira, 38 anos, vivendo já há 18 anos com o vírus. “Hoje em dia existe a possibilidade de se viver normalmente com HIV, desde que a pessoa tenha acesso aos medicamentos apropriados. Eu mesmo tomo um coquetel com 17 remédios. De longe, a maior dificuldade que nós enfrentamos é o preconceito, que ainda está fortemente enraizado na sociedade. Antes do diagnóstico, eu trabalhava com alimentação macrobiótica, dava cursos sobre isso. Após o diagnóstico, as pessoas pararam de me procurar, então tive que mudar de área.”

Claudinei hoje milita no acolhimento aos soropositivos e no aceitamento do diagnóstico, e coordena o núcleo do DF e entorno da RNP (Rede Nacional de Apoio às pessoas vivendo com HIV/AIDS). “As condições no DF são boas, em comparação com outros lugares, pois nós dispomos do tratamento gratuito garantido pelo governo. Entretanto, ainda faltam muitas coisas, pois o apoio ao portador de HIV/AIDS envolve vários outros aspectos. Falta, por exemplo, um atendimento psicológico adequado, tanto antes quanto depois do teste, que ajudaria as pessoas a aceitarem e lidarem melhor com o tratamento. Acontece muito das pessoas fazerem o teste e não virem pegar o resultado, até por medo de repreensões por parte da sociedade. Só no DF são cerca de doze mil pessoas nessa situação.”

As dificuldades são ainda maiores no caso das pessoas de baixa renda, que enfrentam vários problemas adicionais para manter o tratamento. Por isso, além das iniciativas governamentais, a sociedade civil também se organiza no apoio aos soropositivos. No DF, existem iniciativas como

o Grupo Arco Íris, o GAPA-DF e o núcleo do DF e entorno da RNP.

Os portadores do vírus da AIDS também estão vivendo cada vez mais. O boletim epidemiológico de 2007 do Ministério da Saúde mostra que, das pessoas que contraíram o vírus em 2000, na região sudeste, 90% estavam vivas em 2005. Há relatos de pessoas vivendo com o vírus a mais de 15 anos. O aumento da sobrevida é acompanhado também da melhora na qualidade de vida dos portadores da doença. Em grande parte, essa melhora é possível graças aos avanços da medicina e da farmacêutica no entendimento da síndrome. Os coquetéis para o tratamento da doença são chamados antirretrovirais, pois trabalham dificultando a reprodução do vírus HIV no corpo humano. No Brasil, a distribuição de antirretrovirais é gratuita e garantida por lei desde 1996.

A melhor forma de prevenção continua sendo o uso da camisinha. Estudos da área de saúde pública demonstram que o uso sistemático do preservativo em todas as relações sexuais apresenta uma taxa de eficácia em torno de 95% na prevenção da AIDS.

*Nome fictício

Cineclub
Bancário

Dedicado à Aids

Divulgação

O Sindicato exhibirá, no dia 30 de novembro, às 20h, o filme *Três irmãos de sangue*, dirigido por Ângela Patrícia Reiniger, como parte do Cineclub Bancário. O filme retrata a vida de Betinho, Henfil e Chico Mário. Os três, hemofílicos e soropositivos, lutaram para fazer do Brasil um país um pouco mais democrático e inclusivo, pelo que se tornaram figuras proeminentes na história recente do nosso país. A sessão será dedicada ao Dia Mundial de Luta contra a AIDS.



Sem vagas para carros, nem sistema coletivo de qualidade

Com investimentos no transporte individual pelo GDF, essa situação só tende a piorar, aumentando congestionamentos e dores de cabeça para estacionar nas áreas centrais

➔ LUIZ EDUARDO BRAGA



AUMENTAR A QUANTIDADE DE VAGAS E INCENTIVAR O USO DO CARRO PARTICULAR. O IDEAL É INVESTIR EM TRANSPORTE PÚBLICO

Benny Schvarsberg

Carro, carro, carro, mais carro... O pedestre que anda pela região central de Brasília tem de lutar para encontrar espaço entre tantos carros. Como o transporte público da capital não pode ser chamado de convidativo, quem pode anda de carro próprio e os resultados são enormes congestionamentos e falta de vagas para estacionamento.

No Setor Bancário Sul a situação é uma das mais críticas. “A situação sempre foi ruim e piorou ainda mais nos últimos anos com a construção de mais quatro prédios aqui”, relata o prefeito comunitário do SBS e diretor da Fetec-CN, José Pacheco Filho.

Mas o que é péssimo pra uns é ótimo pra outros. Os estacionamentos cheios são o paraíso dos flanelinhas, que ganham algum dinheiro vigiando, lavando e manobrando os automóveis. “Não tem como encontrar vaga, aí o pessoal deixa o carro solto e a gente manobra pros outros saírem”, afirma Cléber Vieira, um dos flanelinhas.

Para evitar uma enxurrada de multas todos os dias, os bancários e o governo entraram em acordo. Os policiais fazem vista grossa para carros estacionados de forma irregular enquanto os trabalhadores tiverem de fazer vista grossa para a falta de transporte urbano de qualidade.

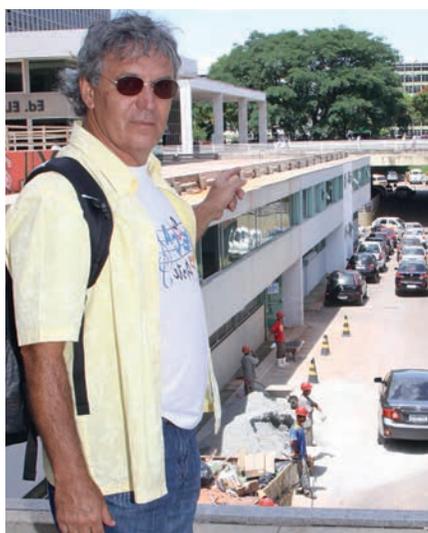


Vários bancários afirmam que deixariam o carro em casa ou em outro lugar se pudessem confiar no sistema de transporte público. “Quando a gente chega aqui e não consegue encontrar vaga, decide passar a vir de ônibus. Quando tenta vir de ônibus e ele vem lotado, atrasado e às vezes até



SE HOVER UMA EMERGÊNCIA POR AQUI NÃO TEM NEM COMO O CORPO DE BOMBEIROS ENTRAR

José Pacheco Filho



quebra no caminho, a gente decide vir de carro”, desabafa Enilton Linhares, bancário que trabalha no SBS.

Além do incômodo e do estresse gerado pela falta de vagas, o maior problema é a falta de segurança gerada pelos carros estacionados de qualquer jeito. “Não pode cada um chegar e estacionar o seu carro atrapalhando a passagem. Se houver uma emergência por aqui não tem nem como o Corpo de Bombeiros entrar”, ressalta o prefeito comunitário.

Várias ações já foram feitas na tentativa de sanar o problema, mas não surtiram muito efeito. Há alguns anos, por exemplo, o Sindicato convenceu o Governo do Distrito Federal a alargar uma das saídas do SBS para facilitar a evacuação e diminuir as filas de carros nos horários de tráfego mais intenso. “No dia seguinte já tinha carro estacionado no local e tudo continuou como antes”, lembra também Pacheco.

A solução prometida pelo governo do Distrito Federal é aumentar a oferta de vagas com a construção de estacionamentos subterrâneos, mas a proposta não é consensual. Para o urbanista e professor da Universidade da Brasília (UNB), Benny Schvartsberg, a promessa do governo Arruda não ajuda, pelo contrário. “Aumentar a quantidade de vagas é incentivar o uso do carro particular. O ideal é investir em transporte público”, afirma.

O governo, contudo, parece discordar. Além de sustentar a proposta das garagens subterrâneas, o GDF tem investido pesado em obras viárias, como a construção da Linha Verde na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), para tentar desafogar o trânsito. “Pra que todas essas obras? Pra gente chegar mais rápido no engarrafamento? Pra mais gente vir de car-

ro e ficar mais difícil ainda de estacionar?”, reclama a bancária Fátima Fontes.

O maior investimento do GDF em transporte urbano é na construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Só para a implantação do primeiro trecho, entre o aeroporto Juscelino Kubistchek e o terminal Asa Sul, está prevista a utilização de R\$ 263 milhões, segundo o próprio GDF. Um investimento sem justificativa técnica, segundo Benny Schvartsberg. “Se o maior fluxo de pessoas no DF é entre Taguatinga, Ceilândia, Samambia, Recanto das Emas e Riacho Fundo os maiores investimentos deveriam ser feitos entre essas cidades”, afirma o urbanista. “Para quem mora mais longe deveria haver integração entre o metrô e o Veículo Leve sobre Pneus (VLP), promessa ainda não cumprida pelo governo”.



O VLT É SÍMBOLO DA ESPETACULARIZAÇÃO DO GOVERNO E PÕE EM RISCO O TOMBAMENTO DA CIDADE

Erika Kokay



Quem também discorda da política do GDF é a deputada distrital bancária Érika Kokay. “Não há integração no sistema, o VLT é símbolo da espetacularização do governo Arruda, além de ser um risco para o tombamento da cidade, a passagem é a mais cara do país. Assim como nas outras áreas, o GDF está curvado aos interesses empresariais no setor de transporte”, protesta. 

Reforçar a luta pela democratização da gestão

Trabalhadores sofrem revés com a rejeição de projeto que derruba voto de minerva em conselhos, mas sindicatos prometem aumentar pressão sobre o Congresso

➔ LUIZ EDUARDO BRAGA E EVANDO PEIXOTO



NÃO É POSSÍVEL CONVIVER COM EXCRESCÊNCIAS COMO O VOTO DE MINERVA, QUE SÓ SERVEM À INJUSTIFICÁVEL SUPREMACIA DOS PATROCINADORES NA GESTÃO DE UM PATRIMÔNIO QUE É DOS TRABALHADORES

Mirian Fochi

A luta em defesa da democracia nos fundos de pensão exige ainda mais luta e mais esforço dos trabalhadores depois da derrota sofrida no último dia 11 de novembro. Foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar nº 140/07, de autoria do deputado Eudes Xavier (PT-CE).

O projeto propõe extinguir o voto de “Minerva” dos presidentes nos conselhos deliberativo e fiscal dos fundos de pensão cujos patrocinadores sejam instituições públicas, como a Previ, Funcef e Regius, mas os parlamentares dessa comissão, ao que parece, preferem manter a paridade de “faz-de-conta” que vigora nestes fundos, critica Mirian Fochi, diretora do Sindicato, da Contraf-CUT e conselheira deliberativa eleita da Previ.

Idas e vindas na tramitação

O relator do projeto da comissão, deputado Lael Varella (DEM-MG), foi designado no dia 28 de maio deste ano e demorou menos de um mês para apresentar parecer inicial favorável à aprovação da matéria.

Dizia este parecer: “É sem dúvida louvável a iniciativa da proposição sob análise, visto que busca extinguir o voto de qualidade. (...) Como bem salientou o Autor em sua justificativa, esse tratamento antidemocrático não está presente na Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre as regras gerais aplicáveis à previdência complementar.”

Passados dois meses, o deputado Andre Zacharow (PMDB-PR) pediu vistas e apresentou voto em separado recomendando a rejeição do projeto. Os argumentos do peemedebista devem ter sido muito bons, pois Varella apresentou duas semanas depois o relatório que foi aprovado.



QUEREMOS PARIDADE, FIM DO VOTO DE MINERVA E ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIRETORES DA REGIUS, MAS O GDF O BRB SE NEGAM A NEGOCIAR

Antonio Eustáquio

Diz o relatório final: “A Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, de maneira alguma “guarda resquícios de autoritarismo” ou de cunho discriminatório, como mencionado pelo nobre relator. Muito pelo contrário”

Procurado pela reportagem, o deputado Lael Varella não foi encontrado.

Mesmo com a rejeição na CSSF, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde aguarda a escolha de um relator. “Neste momento tem que ser feita pressão política sobre os parlamentares em defesa dos interesses dos trabalhadores, pedindo a derrubada do voto de minerva em poder das empresas nos conselhos deliberativos”, ressalta a diretora do Sindicato e conselheira deliberativa eleita da Previ, Miriam Fochi.

Para Miriam, os empecilhos que ainda

se interpõem à efetiva democratização dos fundos de pensão precisam ser urgentemente removidos porque “não é possível conviver com excrescências como o voto de minerva, que só servem à injustificável supremacia dos patrocinadores na gestão de um patrimônio que é dos trabalhadores”.

Além do PLC nº 140/07, tramita também no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 77/09, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que exige que todos os integrantes dos órgãos de gestão dos fundos de pensão sejam empregados da patrocinadora e confere estabilidade no emprego para os dirigentes dos fundos ao encerrarem seus mandatos.

O PLS está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado com relatório do senador Gim Argello (PTB-DF) pedindo sua rejeição. Só pra lembrar, o endereço eletrônico do gabinete do senador Gim é “gim.argello@senador.gov.br”.

Quando não falha, legislação beneficia patrões

A legislação em vigor possui lacunas que permitem a existência de grandes discrepâncias. Permite, por exemplo, que a eleição de representantes dos associados em diretorias fique na dependência do que for previsto no estatuto de cada entidade.

Por outro lado, quando é taxativa, a lei reserva vantagens aos patrocinadores e impõe travas à democracia. Diz que os conselhos deliberativos são órgãos revestidos de máximos poderes de decisão. A composição é paritária, com seis membros – três indicados pelo patrocinador e três eleitos pelos associados –, mas que, em caso de empate numa votação, o assunto deve ser decidido com voto de minerva do presidente do conselho. E a presidência do Conselho Deliberativo, pela lei, cabe a um dos indicados pelo patrocinador.

A presidência e o voto de minerva são prerrogativas dos representantes eleitos pelos associados apenas nos conselhos fiscais, onde as decisões têm repercussão limitada na gestão dos fundos de pensão. Essas ins-

tâncias são compostas por dois eleitos e dois indicados pelos patrocinadores.

Na Funcef e na Previ, respectivamente, fundos de pensão dos empregados da Caixa e do Banco do Brasil, após a constituição paritária dos conselhos deliberativos, os trabalhadores conquistaram mudanças estatutárias que permitiram a eleição de representantes seus para as diretorias.

No caso da Regius, fundo de pensão dos funcionários do BRB, a situação é pior. Não há representantes dos trabalhadores na Diretoria Executiva porque o Conselho Deliberativo, pela força do voto de minerva nas mãos dos representantes do banco, não permite que seja feita a mudança estatutária para que ocorra a eleição. A diretoria é composta por três membros, todos indicados pela direção do BRB, sob controle do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, do Democratas, ex-PFL.

A Regius tem sido alvo de seguidas autuações por parte da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em função de operações consideradas prejudiciais ao fundo de pensão. Por externar suas preocupações em relação aos problemas levantados pelo órgão fiscalizador, o conselheiro fiscal eleito pelos associados Vanderley Barbosa viu-se na mira de perseguições. A Diretoria Executiva da Regius chegou a solicitar ao Conselho Deliberativo a abertura de processo administrativo contra o conselheiro, medida que poderia levar, inclusive, à cassação de seu mandato. O conselho rejeitou o pedido de abertura do processo, mas ficou a ameaça.

“Diante dessa situação, o Sindicato vem lutando por transparência e democracia na gestão também na Regius, mas o GDF e o BRB se negam a negociar. Queremos paridade, fim do voto de minerva e eleições diretas para diretores”, afirma Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato.

Patrimônio em jogo

É sempre importante lembrar que os fundos de pensão equivalem a 17% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Conforme dados do relatório de 2008 da SPC, o Brasil possui atualmente 372 entidades de previdência complementar, com ativos totais da ordem de R\$ 470 bi. O sistema conta com 2,5 milhões de participantes e assistidos.

O maior fundo de pensão do país é a Previ, com patrimônio de R\$ 118,8 bi. A segunda no ranking patrimonial é ocupada pela Petros, dos funcionários da Petrobrás. E depois vem a Funcef com R\$ 34,5 bi. 

PARTICIPANTES
IRÃO PRESSIONAR
PARLAMENTARES
ENVIANDO E-MAILS

Duas sobreviventes chegam à aposentadoria em banco privado

Elas venceram a instabilidade, as crises econômicas, o preconceito, o enxugamento de quadros e as fusões ao longo da carreira

→ THAÍS ROHRER

Maria de Fátima Fernandez, 55 anos, se considera uma exceção no ambiente bancário atual. Ela é funcionária do Itaú Unibanco há 36 anos e se aposentou no fim de outubro. “Não vejo mais interesse das pessoas em fazerem carreira no banco. A questão da pressão por metas e ambiente de trabalho desfavorável

desmotiva as pessoas”, afirma.

Ela passou por incorporações e fusões de bancos e conseguiu manter o emprego. Quando começou a carreira em 1973, era funcionária do Banco União Comercial S.A., que no ano seguinte foi incorporado ao Itaú. A bancária resistiu também à fusão recente entre Itaú Unibanco em 2008, que resultou em centenas de demissões.

A bancária conta que o ritmo de trabalho sempre foi acelerado, mas que atualmente as pessoas nem mesmo têm oportunidade de conversarem. No início da carreira no banco ela teve oportunidade de constituir boas amizades. “Tínhamos chance de conviver com os colegas dentro das agências. Agora somos apenas números”, frisa Maria de Fátima. “Agora só permanece no banco os que amam a profissão mesmo e aguentam as pressões”, completa Regina Marques, também de 55 anos, outra bancária que conseguiu se aposentar no Itaú Unibanco no dia 1º de outubro.

As duas ainda se denominam como bancárias dos bons tempos, lembrando que no início da carreira a profissão de bancária tinha um status perante a sociedade e salários mais valorizados para a época.

Apesar do tom nostálgico nos depoimentos das bancárias, elas se consideram sortudas por ainda manterem uma boa relação com os gestores e se aposentarem na mesma empresa que começaram a trabalhar. “Reconheço que as condições de trabalho pioraram, mas consegui sair do banco produzindo. Parei como o Pelé, chutando a gol. Tive que me adaptar às mudanças, que nem sempre foram boas”, brinca Maria de Fátima.



Exceção num universo de discriminação

Não são poucas as histórias das mulheres que ainda sofrem com a discriminação de gênero dentro dos bancos. A pesquisa do Mapa da Diversidade montado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) a partir da pesquisa respondida por 204.794 bancários de todo o Brasil, que só ocorreu após a pressão de anos do movimento sindical confirma as desigualdades que a classe trabalhadora sempre denunciou.

A bancária Maria de Fátima se orgulha por ser a terceira mulher promovida no cargo de gerência de banco na região Centro-Oeste décadas atrás, mas a participação feminina em cargos de chefia pouco avançou. O Mapa da Diversidade, divulgado em 2009, mostra que o sexo feminino continua sendo desvalorizado no ramo financeiro. Apesar de representarem quase metade da categoria, ganham 78% do salário dos homens. Além disso, quando as mulheres estão nos cargos de gerência, recebem a remuneração 10% menor, em média.

A situação dos negros também é de discriminação, já a pesquisa mostra que apenas 19,5% dos bancários são negros ou pardos. No caso das mulheres negras a parcela é de apenas 8% da categoria. “A discriminação ainda existe, mesmo que esteja velada no discurso de igualdade dos patrões”, afirma Cida Sousa, diretora do Sindicato de Brasília e membro da de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS).

Em dezembro as entidades sindicais promovem o encontro Categoria Bancária Avança na Construção de Relações Mais Igualitárias, no Rio de Janeiro, para definir um calendário de atividades de combate a desigualdade.



ANTES, TÍNHAMOS CHANCE DE CONVIVER COM OS COLEGAS. AGORA SOMOS APENAS NÚMEROS

Demissões, desvalorização e novas tecnologias

Em 2009, os bancos privados demitiram 15 mil empregados no primeiro semestre, de acordo com dados do Dieese e da Contraf-CUT. Durante a crise a rotatividade de empregados também foi usada para diminuir a média salarial dos bancários, a redução chega 46% do salário. “A desvalorização do trabalhador só vai piorando. São demissões próximas da aposentadoria, estresse no trabalho para o atingimento de metas e o assédio moral, que confirmam a baixa qualidade no trabalho dentro dos bancos privados”, ressalta Rosane Alaby, diretora do Sindicato dos Bancários de Brasília.

O número insignificante de aposentadorias homologadas no Sindicato nos bancos privados confirma essa situação. A Caixa Econômica teve 38 aposentadorias homologadas, enquanto dos bancos privados foram registrados apenas três casos no Sindicato. “Eu e minha amiga Fátima somos raridade. Tenho colegas que foram demitidos com 24 anos e 25 anos de banco por qualquer motivo”, comenta Regina.

Os tempos mudaram e muitos setores no banco se desenvolveram com novas tecnologias e negócios no mercado no ramo financeiro, mas para os bancários das instituições privadas a situação não evoluiu na valorização do trabalhador.

A evolução tecnológica facilita as condições de trabalho, mas não substitui o funcionário, já que surgiram novas atividades para os bancários. Os gerentes, por exemplo, adquiriram funções além do atendimento aos clientes, agora “vendem” produtos disponíveis nos serviços da empresa. “As metas sempre existiram, mas agora temos que atingir patamares mais altos e vender seguros, títulos de capitalização, previdência”, frisa Maria de Fátima.

Maria passou por várias agências da atual Itaú Unibanco no Distrito Federal. As únicas regiões administrativas que não entram na lista da bancária são Taguatinga e Sobradinho. Com base em sua experiência, ela afirma que as demissões geram mais sobrecarga de trabalho. Ela cita o exemplo da agência no SBS, que até a década de 80 tinha aproximadamente 78 bancários trabalhando só como caixas e atualmente, são 13 empregados em toda a agência. “Apesar da tecnologia que facilita e diminui o trabalho, a diferença no número de funcionários é evidente”, lamenta a bancária. 



André Nepomuceno

é bancário do BRB, secretário geral do Sindicato e doutor em Teoria Literária pela UnB, onde integra o grupo de pesquisa Literatura e Modernidade Periférica, que tem realizado vários projetos na área de Crítica Histórica da Literatura Brasileira.

Uma agradável e relevante novidade. Produto novo na chamada cinematografia brasileira recente, o filme *Besouro*, dirigido por João Daniel Tikhomiroff e lançado nos cinemas em 30 de outubro, é obra estética que cria universo próprio. Trata de temas históricos, culturais, de relações sociais brutais e do racismo atávico, sem cair no discurso de tese.

A notável plasticidade da forma apresenta ao espectador uma beleza dinâmica, em ritmo cadenciado com muita mobilidade. Podemos falar num épico, ou melhor, num sentimento épico calcado na luta de superação da opressão de classe, com ênfase na questão da emancipação dos negros, uma vez que estamos no universo da escravidão.

Apesar de formalmente abolida, continua material e simbolicamente como má formação de nossa incompleta nação.

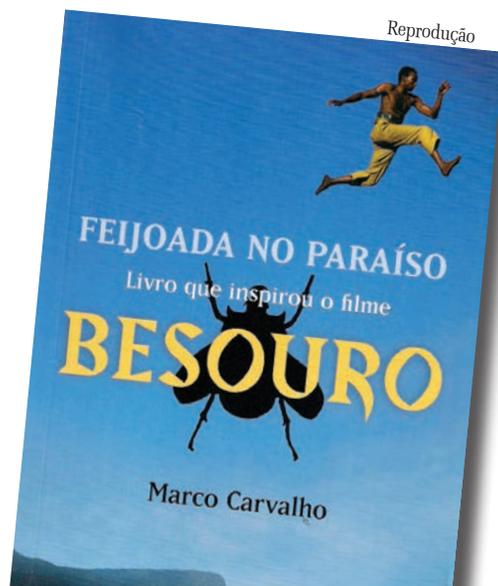
Sob o firme ponto de vista da resistência popular, o filme lança mão da capoeira, dos orixás, das várias figuras-força da natureza, cuja presença cênica revela uma combinação intrínseca com o desenrolar do enredo, pois se trata sem dúvida de uma trama romanesca articulada. Com ingredientes dramáticos do triângulo amoroso e da traição pelo ciúme, mas não só. Na verdade, leva também ao outro lado, simbólico, da violência estrutural que já veio de origem na formação da colônia, como elemento constitutivo e não excepcionalidade ao caráter predatório do capitalismo moderno, do qual a futura nação decorreu, e não em relação ao qual se atrasou.

Ao falar em falamos

Do filme *Besouro*, podemos falar num épico, ou melhor, num sentimento épico calcado na luta de superação da opressão selvagem, com ênfase na questão da emancipação dos negros

Na sequência da traição de Querequeru, ao ver a valente e bela Dinorá se apaixonar por Besouro, vemos o outro lado daquele simbolismo, tão sutil quanto do mesmo modo violento, a apresentar o resultado concreto da cooptação pelo senhorio. Por um ressentimento pessoal, o amigo de infância entrega o herói em formação ao esquema jagunço do coronel Venâncio. Entrega, mais, a chave simbólica do único mecanismo para vencer o “corpo-fechado” regido pelo sagrado “cordão de ouro”: a faca de ticum.

Mas o que confere especialidade a sua fatura estética é, além da excelência técnica no plano dinâmico da montagem, do acerto brilhante do elenco, e



emancipação dos negros, em emancipação

www.besourofilme/divulgação

brasileira



das imagens, a mescla formal da trajetória do herói Besouro, personagem tão mais real quanto firma sua coerência dentro da obra como figura lendária, ícone mítico e místico. Besouro é herói de nossa gente, do povo de Santo Amaro da Purificação, um herói não conciliador, mas da guerra, filho de Ogum. Este “heroísmo” é índice de tantas revoltas, insurreições, e movimentos de busca do lugar social legítimo. Uma outra face, pouco historiografada e difundida, para além da chaga da escravidão como tabu das classes dominantes.

A vitória dos homens brancos proprietários, e seus agregados, não abate Besouro, que permanece vivíssimo como legenda, da qual o filme é, ao mesmo tempo reforço e consequência. Como aponta mestre Alípio, entre a profecia e o golpe estratégico: maior morte é viver sob botas.

No livro de Marco Carvalho, Feijoada no Paraíso, que embasou, sem correlação mecânica, o filme, temos várias narrativas que conjugam as façanhas de Besouro, o verda-

deiro, ou suas míticas versões que trafegam mais pela oralidade na transmissão da cultura popular. Tanto que, no prefácio, Muniz Sodré batiza a forma narrativa: oratura.

Sáimos do cinema com essa besourice mandingueira, sonora e corajosa batucanado dentro de nós. A oportunidade da data da consciência negra (20 de novembro), ressalta o impacto, e a convicção de que não podemos suportar, eticamente, en-

quanto negros, mestiços, enquanto povo brasileiro, nenhuma forma aberta ou velada de escravidão.

A saga dos besouros contra os coronéis é uma realidade a desafiar-nos. No diálogo tenso dos exus, entre o bem e o mal brasileiros, ginga melhor quem guerreia pelo axé da história, na estética do dia-a-dia, incluído o ogum e a iansã de enfrentar, com arte, paixão e luta, as maldades e abusos dos senhores. Entidades que volta-e-meia vagueiam como assombrações materiais entre os donos do poder e seus prepostos, mesmo dentro dos bancos.

Passada a fase de lançamento, o Cineclub de Bancários, seguindo no seu compromisso de espaço do cinema brasileiro, buscará ofertar prontamente às bancárias e bancários, e à comunidade brasiliense, este energizante estético que é Besouro no circuito.

* Para mais informações consulte a ficha técnica em www.besourofilme.com.br

A magia da arte tem espaço assegurado entre nós

Treze anos de atividades e projetos tornam o Sindicato referência cultural no Distrito Federal

→ THAÍS MARGALHO

A arte é muito mais que apreciada pelo Sindicato dos Bancários. Desde 1996, ano da criação do Teatro, o Sindicato procura oferecer boas opções de lazer e cultura aos bancários e à população brasiliense. E para comemorar os 13 anos desta iniciativa, resolvemos fazer um balanço das atividades oferecidas.

Nem dá para acreditar que, quando começou, os ingressos eram preenchidos à mão e carimbados. Atualmente, o Teatro dos Bancários promove vários projetos culturais, como o Cineclube, Terça Arte, Brasília Debate, Encontro Animado, Sexta Básica, além de peças, oficinas e outros eventos comemorativos. Só em 2008, o Teatro dos Bancários recebeu 63.049 pessoas em seus eventos.

Além de motivo de orgulho para os bancários, o Teatro é uma fonte de oportunidade para os artistas regionais e artistas-bancários. Além de lançamentos de vários CD's como das bandas Plastika (2006) e Destroçando a Macacheira (2007), foi o projeto Terça Arte que colocou a bancária Marlei Mrojinski de Melo no meio artístico, ao propiciar a divulgação de seu trabalho.

Foi neste projeto que foi realizada a primeira exposição de Mrojinski, que antes era pouco conhecida até mesmo entre seus colegas de banco. "Foi uma oportunidade maravilhosa, especialmente para a gente que não é conhecida, mas tem amor pela arte", lembra Marlei Mrojinski, que é gerente de equipe na Diretoria de Estratégia e Organização (Direo) e, há apenas dois anos, fotografia e pinta.





O Teatro dos Bancários foi inaugurado com apresentação da dama do teatro brasileiro, Fernanda Montenegro, na peça “Dona Doída”. Desde então, estão garantidas meia-entrada para bancários sindicalizados, estudantes e maiores de 65 anos. O Sindicato também apóia projetos culturais que considera importantes para a preservação das raízes brasileiras.

O Teatro também já recebeu peças de circuito nacional como Cartas Portuguesas e Pretas Por Ter; peças premiadas, como o espetáculo Novas Diretrizes em Tempos de Paz, como Tony Ramos e Dan Stulbach, que recebeu o APCA em 2002 – nas categorias Melhor Ator para Stulbach e Melhor Autor para Bosco Brasil – e o prêmio Shell em 2002 – Melhor Ator para Tony Ramos e Stulbach, Melhor Autor para Bosco Brasil e Melhor Iluminação para Gianni Ratto.

Entre espetáculos de música e dança, a equipe do Teatro busca dar oportunidade para todos os ritmos, desde o rock ao sertanejo, e todas as modalidades de dança,

desde os clássicos até danças estrangeiras, como flamenca e indiana.

Já o Brasília Debate recebe, uma vez por mês, especialistas em diversas áreas de interesse do trabalhador bancário a fim de estimular o debate de temas atuais. Os debatedores são intelectuais e personalidades de destaque da vida cultural, política, econômica e social do país, como a professora de Filosofia da Universidade de São Paulo, Marilena Chauí, que debateu o tema Mídia e Poder com o pesquisador da Universidade de Brasília, Venício A. Lima.

Outro nome de peso que participou do Brasília Debate foi o ator e diretor Paulo Betti que, durante a quarta edição do projeto, discutiu a relação entre cinema e identidade nacional. Na época, Betti elogiou a criação do Cineclube Bancário. “O Sindicato dos Bancários de Brasília está de parabéns. Iniciativas como essa são mais do que bem-vindas; são essenciais para a ampliação do público do cinema nacional”, disse. 

“
ALÉM DE MOTIVO
DE ORGULHO PARA
OS BANCÁRIOS, O
TEATRO É UMA FONTE
DE OPORTUNIDADE
PARA OS ARTISTAS
REGIONAIS E
ARTISTAS-BANCÁRIOS



Pela Alegria de ler
piscado este palco na
sua estreia, deixo aqui
o meu obrigado destacando
a coragem e a competência
da diretora do sindicato
dos bancários por tanto
espírito público

Fernanda Montenegro
2-6-96
"Dona Doida"



1996

O Teatro dos Bancários é Inaugurado com Fernanda Montenegro na peça Dona Doida

1998

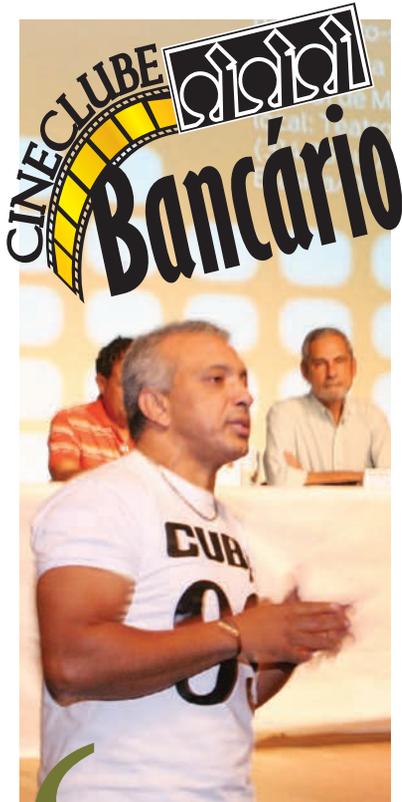
Apresentação do premiado Novas Diretrizes em Tempos de Paz, com Tony Ramos e Dan Stulbach

2005

Teatro dos Bancários vai, pela primeira vez, ao circuito nacional com a peça Cartas Portuguesas

2007

É inaugurado o projeto Cineclube, com o filme O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias, de Cao Hamburger



Com apenas dois anos já virou tradição

O Cineclube Bancário completou dois anos existência e continua levando à tela filmes e documentários representativos da proposta original do projeto: difundir e valorizar a produção artística nacional.

O projeto Cineclube Bancário foi implantado em 20 de agosto de 2007 tendo em sua seção inaugural o filme O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias, de Cao Hamburger. Desde então, quem quiser assistir a um bom filme já sabe. É só ir ao Teatro dos Bancários, na EQS 314/315, bloco A, às 20h, na segunda-feira de qualquer semana durante todo o ano. Para saber qual a programação é só acessar o site www.bancariosdf.com.br.

Entre 2007 e 2009, o Cineclube exibiu 130 filmes, tendo alcançado 12 mil espectadores. Essa magia criada arrebatou definitivamente dona Neise Borba de Azevedo, pernambucana de Palmares, que tem Brasília como sua cidade desde 1971. Aos 77 anos, a doce e elegante senhora raramente perde a oportunidade de ver os filmes exibidos na tela do Teatro dos Bancários. "O que vejo aqui sempre me acrescenta culturalmente", diz ela.

Dona Neise mora na quadra 211 Sul, adora cinema e atua no Coral do Sesc. Foi em um dia de ensaio do coral que ela descobriu o Cineclube Bancário. Passando em frente ao Sindicato, cuja sede fica no seu percurso para o Sesc, viu a programação estampada na fachada e foi logo conferir. "Desde então - diz ela - passei a ser freqüentadora assídua, só perco o filme da semana por algum compromisso importante."

A diversidade da cultura brasileira em filmes e documentários é a amálgama desse vínculo cada vez mais forte de dona Neise

com o Cineclube Bancários. Dela e de muitas outras pessoas que também acompanham com certa regularidade a programação. A média de público, segundo atesta nossa cinéfila mor, tem se mantido estável e com diversificado perfil etário. "É uma opção cultural tanto para jovens como para idosos", diz ela.

O Cineclube é um projeto que procura oferecer ao bancário, em sua própria casa, no seu teatro, uma oportunidade a mais de contato com arte. Mas é também uma opção para todos os brasilienses, fato que dona Neide faz questão de destacar, com grandes elogios ao Sindicato: "É uma iniciativa culturalmente importante para a cidade, e que, além de ser louvável por esse aspecto, ainda é de graça".

O cineasta Vladimir Carvalho também só tem elogios ao programa do Sindicato: "O Cineclube é um elemento agregador não só no sentido de divertimento mas da cultura. Não serve apenas ao seu público natural, os bancários, mas se espalha pela vizinhança e pela cidade, dando oportunidade, por meio de sessões e debates, de reconhecer o filme como peça da cultura humana, como testemunho do homem".

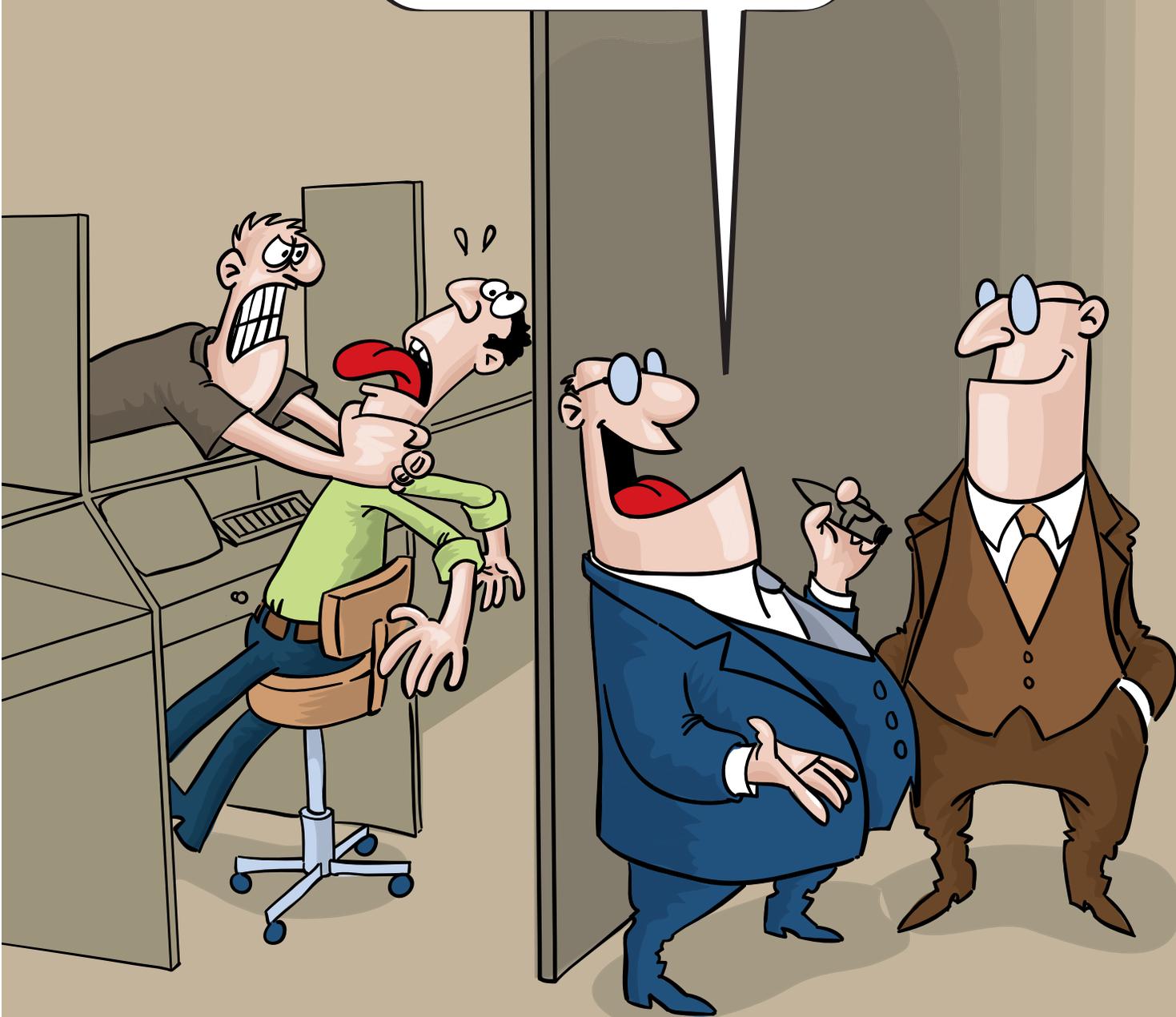
Quem prestigia as seções do Cineclube participa de sorteios de vários brindes, incluindo jantares e ingressos para peças encenadas no do Teatro dos Bancários, entre outros. Dona Neise conta que vê sempre muita gente sendo premiada, em todas as seções, mas que, ela mesma, só foi contemplada uma única vez, com uma camiseta.

Para o diretor de Cultura do Sindicato, José Garcia, essa trapaça da sorte precisa ser reparada, de alguma forma.

DESDE A DÉCADA DE 80, O SINDICATO FAZ E DIVULGA ARTE EM SUAS VÁRIAS FORMAS, ABRIGANDO EM SEU ESPAÇO ARTES PLÁSTICAS, MÚSICA, DANÇA, TEATRO E MUITO MAIS. TUDO ISSO SEMPRE OFERECENDO PREÇO ACESSÍVEL AOS BANCÁRIOS E À POPULAÇÃO DA CIDADE

Garcia Rocha
Secretário Sociocultural

O SAC* ACONTECE NO PRÓPRIO CAIXA.
O CLIENTE RECLAMA, E QUANDO VÊ QUE
NÃO SERÁ ATENDIDO, JÁ DESCARREGA
ALI MESMO. DEPOIS SAI DO BANCO
TRANQUILO.



*Serviço de Atendimento ao Cliente

Informação para somar e ajudar a mudar

Na luta contra a exploração do trabalhador e as desigualdades, a informação é tratada como prioridade no Sindicato. Fazê-la chegar à categoria com rapidez, precisão e qualidade é uma tarefa que a entidade realiza com todas os instrumentos possíveis, integrando os meios de comunicação. Tudo para que o trabalhador possa lê-la, analisá-la, formar opinião, gerar conhecimento, mudar comportamentos, mobilizar grupos e praticar ações individuais e coletivas por avanços e conquistas para nós e para a construção de uma sociedade justa.

Veja só o que produzimos e oferecemos para você:



Participe de nossa rede de **informação e conhecimento.**

Cadastre-se ou mantenha dados atualizados para receber nossos boletins eletrônicos acesse www.bancariosdf.com.br ou envie mensagem para secgeral@bancariosdf.com.br.

Além disso, o trabalhador do ramo financeiro pode contar com o Centro de documentação (Cedoc), com um acervo diversificado de temas, para a realização de pesquisas e empréstimos de livros.



Sindicato dos Bancários de Brasília

EQS 314/315 Bloco A – Asa Sul Brasília – CEP 70383-400 Fone: (61) 3262-9090 Fax (61) 3346-8822